



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA

## **O COMUNITÁRIO E A REABILITAÇÃO URBANA**

**Centro de Proximidade de Belém**



**Maria de Sá Couto Antunes**

(Licenciada)

Dissertação/Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

**Orientador Científico:** Especialista António Pedro Pacheco

**Co-orientador:** Doutor José Aguiar

### **Júri:**

Presidente: Doutor Michel Toussaint

Vogais: Especialista António Pedro Pacheco

Doutor José Aguiar

Doutor Pedro Rodrigues

Lisboa, FAUTL, Maio, 2012



## **O COMUNITÁRIO E A REABILITAÇÃO URBANA**

Centro de Proximidade de Belém

Maria de Sá Couto Antunes

**Orientador:** Especialista António Pedro Pacheco

**Co-orientador:** Professor Doutor José Aguiar

Mestrado Integrado em Arquitectura

Maio 2012

### **I- RESUMO**

A cidade constrói-se pelo somatório de tempos, culturas e gentes que interagem entre si, deixando a impressão no espaço que veicula memórias, ao mesmo tempo que assiste ao constante aparecimento de novas experiências. O presente trabalho centra-se na questão da reabilitação urbana das áreas que enriquecem o património urbano, não apenas pela qualidade dos seus monumentos mas pela suas dinâmicas urbanas e sociais.

As estratégias de intervenção na cidade consolidada devem colmatar os problemas resultantes da inadaptação às novas exigências e conferir um papel activo destas zonas na estrutura da cidade. O tecido habitacional tem que dar resposta aos modos de vida actuais recuperando, contudo, valores intrínsecos nas áreas antigas da cidade, como o sentido comunitário, através de mecanismos que reforcem o contacto entre habitantes e a partilha de experiências. Ilustrando o campo da reabilitação e a dimensão comunitária são enunciados exemplos que conectam estas preocupações com o exercício prático do projecto para o Centro de Proximidade de Belém, complementando a actual Biblioteca Municipal de Belém.

Em suma, procura-se entender de que forma os diferentes tempos podem conviver entre si atribuindo usos novos à cidade existente e retirar desta pistas para a cidade de amanhã, tendo como costura do espaço a(s) sua(s) comunidade(s).

**PALAVRAS-CHAVE:** Reabilitação, Património, Memória, Comunitário, Biblioteca





## **COMMUNITY AND URBAN RENEWAL**

Belem's Proximity Centre

### **II- ABSTRACT**

The city builds itself through the aggregation of times, cultures and people and how these elements interact with each other leaving a solid imprint on the surrounding space which simultaneously conveys memories and contemplates the rise of new experiences. The main focus of the following dissertation is the urban redevelopment of the areas, which enhance the urban heritage not only by their monuments but also by the urban, and social dynamics they create.

Moreover, the intervention strategies must solve the problems resulting from the inadequate adaptation to the new demands and assign to these areas an active role on the city's structure. The housing structure has to provide a compelling answer to the new lifestyles rediscovering however the core values of the old parts of the city, for instance the sense of community, through mechanisms which reinforce communication between inhabitants and the consequent sharing of experiences and knowledge. Additionally, examples are given in order to link both concepts of redevelopment and community and the project of Belem's Proximity Centre to be added up to the current Belem's Municipal Library.

Ultimately, there's a need to understand how different times can coexist among themselves giving new usages to the present city and to find hints for what will be the city of tomorrow, taking community as the enabler and shaper for the spaces.

**KEYWORDS:** Redevelopment, Heritage, Memory, Community, Library

### III- AGRADECIMENTOS

Aos arquitectos Pedro Pacheco e José Aguiar pelo apoio dado ao longo deste processo.

À professora Cecília Barreira, à socióloga Teresa Joaquim e ao arquitecto Jorge Spencer pela disponibilidade e incisão das nossas conversas.

À minha família, amigos, à Joana, à Inês e ao Nuno.



#### **IV- ÍNDICE**

I- RESUMO	I
II- ABSTRACT	II
III- AGRADECIMENTOS	III
V- ÍNDICE DE IMAGENS	VII
2 - O TEMPO NA CIDADE : PROCESSO FÍSICO E SOCIAL	VII
1 - INTRODUÇÃO	1
2 - O TEMPO NA CIDADE : PROCESSO FÍSICO E SOCIAL	5
2.1 - Aspectos sobre a Formação da Cidade	5
2.1.1 - A estrutura geral e os lugares específicos	7
2.1.2 - Das funções da cidade	11
2.2 - A cidade enquanto lugar de memória	12
2.3 - Da Salvaguarda do Património à Ideia de Reabilitação	16
2.4 - O tecido social urbano e a importância da comunidade	22
2.4.1 - A Comunidade e a Cidade	24
3 - A COMUNIDADE COMO INSTRUMENTO DE REABILITAÇÃO	27
3.1 - O tecido urbano consolidado	27
3.1.1 - O sentido comunitário em áreas antigas	28
3.1.2 - Problemas estruturais	32
3.2 - A reabilitação urbana como estratégia	33
3.2.1 - A política urbana da reabilitação	35
3.2.2 - A memória ao serviço da contemporaneidade - Casa da Escrita	36
3.2.3 - Costura urbana - Arquivo Municipal de Toledo	39
3.3 - Elementos físicos de regulação social: o público e o privado	43
3.4 - O espaço comunitário	45
3.4.1 - O edifício como cidade - Orfanato de Amesterdão	46
4 - PROJECTO: CENTRO DE PROXIMIDADE DE BELÉM	51
4.1 - O Lugar da Junqueira	51
4.2 - Cidade Sobreposta: estratégia urbana	56
4.3 - Centro de Proximidade de Belém	60
4.3.1 - A pré-existência: Palácio dos Marqueses de Angeja	60
4.3.2 - Programa para a(s) comunidade(s)	65
4.3.2 - Centro de Proximidade de Belém	68

4.3.4 - Matéria e lógica constitutiva	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXOS	A 1
A1- Regressar à cidade – o contributo do Team X	A 3
A2- Idea Store Whitechappel, Londres, Adjaye Associates	A 5
A3- Centro de Proximidade de Belém	A 11

## V- ÍNDICE DE IMAGENS

### 2 - O TEMPO NA CIDADE : PROCESSO FÍSICO E SOCIAL

- Fig. 1 Piazza del Campo, Siena. (HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitectura*. p66) 10
- Fig. 2 *Terrain vague* ([http://artecapital.net/arq\\_des.php?ref=14](http://artecapital.net/arq_des.php?ref=14) consulta a 21 Dezembro 2011) 10
- Fig. 3 Via Mazzanti, Verona, Itália (HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitectura*. p63) 15
- Fig. 4 Fotografia da porta de San Nazaire, Léopold Verguet, 1863  
(<http://www.carcassonne.culture.fr/fr/rt404.htm>. consulta a 29 Agosto 2011) 20
- Fig. 5 Estudos para a Porta de San Nazaire, Viollet Le Duc, 1862 (*Ibidem*) 20
- Fig. 6 Capela de Roslin, John Ruskin, 1838  
(<http://www.victorianweb.org/painting/ruskin/wc/29.html>. consulta a 18 Maio 2011) 21
- Fig. 7 Houses and Cathedral Spire, Ulm, John Ruskin, 1835  
(<http://www.victorianweb.org/painting/ruskin/drawings/1.html>. consulta a 29 Agosto 2011) 21

### 3 - A COMUNIDADE COMO INSTRUMENTO DE REABILITAÇÃO

- Fig. 8 limite do espaço privado. Habitante à porta de sua casa. (PAIVA, J., AGUIAR, J. e PINHO, A., *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*. p.91) 31
- Fig. 9 Relação de proximidade entre os vizinhos (*Ibidem*, p.145) 31
- Fig. 10 João Mendes Ribeiro, Casa da Escrita, 2010  
([http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10083&Itemid=135](http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=10083&Itemid=135). consulta a 23 Novembro de 2011) 38
- Fig. 11 *Ibidem, Ibidem* 38
- Fig. 12 *Ibidem, Ibidem* 38
- Fig. 13 Mendaro Arquitectos, Arquivo Municipal de Toledo, 2000 41
- Fig. 14 *Ibidem*. Entrada principal do arquivo 41

Fig. 15 Aldo Van Eyck, Orfanato de Amesterdão, 1956-1960 (LIGTELIJN, V. <i>Aldo Van Eyck Works</i> . p91)	48
Fig. 16 <i>Ibidem</i> . pátio principal ( <i>Ibidem</i> . p.92)	48
Fig. 17 <i>Ibidem</i> . rua interna ( <i>Ibidem</i> . p.93)	49
Fig. 18 <i>Ibidem</i> . galeria ( <i>Ibidem</i> . p. 92)	49
4 - PROJECTO: CENTRO DE PROXIMIDADE DE BELÉM	
Fig. 19 Rua Direita da Junqueira com o Palácio da Ribeira Grande, seguido pelo Palácio Burnay(RIBEIRO, Mário de Sampayo. <i>Do Sítio da Junqueira</i> . p23)	54
Fig. 20 Rua da Junqueira (fotografia do autor)	55
Fig. 21 O horizonte imaginário, Caspar David Friedrich. <i>Wanderer in a sea fog</i> , 1818, óleo sobre tela 98,4cmx74,8cm( <a href="http://3.bp.blogspot.com/_AVmmCgSyCmo/SxL77fsB25I/AAAAAAAAANA4/7x2XfIy06o/s400/Caspar+David+Friedrich,+Wanderer+above+a+Sea+of+Fog+(c.+1818).jpg">http://3.bp.blogspot.com/_AVmmCgSyCmo/SxL77fsB25I/AAAAAAAAANA4/7x2XfIy06o/s400/Caspar+David+Friedrich,+Wanderer+above+a+Sea+of+Fog+(c.+1818).jpg</a> . consulta a 19 Janeiro 2012)	58
Fig. 22 relação entre pólos urbanos	58
Fig. 23 relação cidade-rio	58
Fig. 24 sistema de vistas	59
Fig. 25 passagens	59
Fig. 26 plano urbano - Cidade Sobreposta	59
Fig. 27 vista panorâmica do Palácio dos Marquesses de Angeja na Rua da Junqueira (fotografia do autor)	60
Fig. 28 <i>Ibidem</i> . fachada principal( <i>Ibidem</i> )	62
Fig. 29 <i>Ibidem</i> . fachada sul com o pátio ( <i>Ibidem</i> )	63
Fig. 30 <i>Ibidem</i> . sala de leitura ( <i>Ibidem</i> )	63
Fig. 31 <i>Ibidem</i> . pormenor do tecto da cozinha velha ( <i>Ibidem</i> )	64
Fig. 32 <i>Ibidem</i> . pormenor de conversadeira na cozinha velha ( <i>Ibidem</i> )	64

Fig. 33 <i>Ibidem.</i> janela na actual mediateca ( <i>Ibidem</i> )	64
Fig. 34 Inserção urbana e programa geral. Axonometria	66
Fig. 35 Programa do Centro de Proximidade de Belém	67
Fig. 36 Percurso piso 1	69
Fig. 37 Percurso piso 0	69
Fig. 38 Sistemas de relação entre pátios	71
Fig. 39 Relação interior exterior do edifício	71
Fig. 40 Pátio da biblioteca / Centro de formação	74
Fig. 41 Pátio das crianças	74





## 1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como mote o tema do Laboratório de Projecto VI “Construir no Construído”, ou seja, a acção de intervir no tecido urbano. Com efeito, a cidade contemporânea corresponde à sedimentação e confronto entre tempos, culturas e sociedades distintas que deixam a sua impressão no espaço – o *construído* – através de acções de construção, reconstrução ou demolição. Como tal, a intervenção na cidade deve reflectir a consciência deste processo, procurando exemplos e complementaridades no construído existente e apresentando respostas para o futuro.

Assiste-se hoje a um intenso debate sobre as zonas “centrais” da cidade, dado o contraste cada vez maior entre os núcleos urbanos históricos e as áreas mais recentes da cidade. Os processos de crescimento, a revolução industrial e as guerras vieram provocar convulsões radicais na cidade, às quais não ficaram imunes grande parte destas áreas urbanas consolidadas. Com os novos processos industriais, impõem-se novos usos para esses locais; com os conflitos, muitas áreas históricas são destruídas, perdendo-se, partes importantes das cidades. Mais recentemente, por falta de resposta às novas necessidades de vida, as mesmas são progressivamente abandonadas pelos seus habitantes. Esta situação pode ser entendida pelo elevado valor de centralidade destes locais, onde ocorrem uma grande diversidade de actividades e, conseqüentemente aumentam o valor de uso do solo, que passa a ser ocupado essencialmente pelo sector terciário. Como tal, estas áreas perdem parte da seu carácter habitacional, formando-se uma vivência descontínua, com picos de grande afluência, ocorrendo estes durante o dia e nas horas de trabalho, para a vida desaparecer fora destes períodos. Deste modo, o trabalho pretende reflectir sobre a reabilitação deste tipo de tecido e a importância que o elemento comunidade tem na revitalização social e quotidiana do lugar.

O primeiro capítulo procura apontar um conjunto de reflexões gerais sobre complexidade da cidade enquanto processo físico e social, e da forma de como os seus elementos reagem ao factor tempo, recorrendo essencialmente aos argumentos de Aldo Rossi e Ignasi Solà-Morales. Estas posições distintas reforçam a ideia da cidade enquanto organismo complexo, construído por paradoxos e complementaridades. De um lado, a cidade é entendida como absorvente de experiências passadas que permanecem nos seus espaços; por outro, a estrutura urbana procura responder às novas dinâmicas temporais e é pautada pela velocidade e transitoriedade. Estas duas posições verificam-se na cidade, não obstante o forte dinamismo e individualismo actuais, no espaço urbano são visíveis lugares cujo seu significado é dado pelas memórias que transportam.

Todavia, a passagem do tempo, o confronto entre as diversas memórias e vontades do homem, quase nunca é pacífica, pondo-se a questão de como lidar com toda esta complexidade. Como intervir?

Neste trabalho procura compreender-se de que forma se constroem estes lugares de memória - o património - propulsionando possíveis respostas em projecto que devem ser atentas não apenas às questões patrimoniais e funcionais, como também à importância do tecido social na configuração de identidades colectivas e da vida urbana. O sentido de comunidade, de vizinhança é extremamente forte nestas áreas da cidade, pelo que se procura clarificar estes termos através de autores como Émile Durkheim, Georg Simmel e Graham Day.

O segundo capítulo procura operar sobre os pressupostos enunciados no capítulo anterior através da identificação do objecto de estudo i.e. o tecido urbano consolidado, apontando as suas características identitárias, nomeadamente o seu sentido comunitário, bem como os seus problemas principais decorrentes do conflito entre os diferentes tempos. A reabilitação urbana integrada surge, assim, como estratégia que procura resolver tais situações através de instrumentos pluridisciplinares e transversais, tendo como objectivo último a revitalização social das áreas. Este tipo de intervenção é exemplificado através de dois casos práticos bastante distintos que atestam a vastidão do seu âmbito de actuação, são eles: a Casa da Escrita, em Coimbra, de João Mendes Ribeiro e o Arquivo Municipal de Toledo, de Mendaro Arquitectos. Por outro lado, reflecte-se na questões da coesão sociais através do edifício comunitário, o meio termo entre as dimensões pública e privada e que é extremamente importante no desenvolvimento ou restabelecimento do sentido de identidade das populações locais. Este tipo de equipamentos pode, então, contribuir para o sucesso das estratégias de reabilitação. Com o intuito de ilustrar a dimensão comunitária enquanto elemento regulador do espaço arquitectónico refere-se o caso do Orfanato de Amesterdão, de Aldo Van Eyck, tentando compreender os dispositivos espaciais que conferem essa escala.

Por último, o terceiro capítulo refere-se ao projecto de um centro de proximidade para Belém. Este exercício procura veicular as preocupações expostas ao longo dos dois capítulos anteriores, uma vez que se trata de um edifício de índole comunitária que parte da extensão do Palácio dos Marqueses de Angeja. Assim, esta parte inicia-se com uma caracterização da área de projecto – Belém e a Rua da Junqueira – zona marcadamente histórica, testemunha de complementaridades e contradições típicas da passagem do tempo. O exercício insere-se no âmbito de uma estratégia urbana para a zona entre Belém e Alcântara, mais propriamente entre o jardim de Belém e o Centro de Congressos de Lisboa, incidindo no eixo da Junqueira e na frente ribeirinha correspondente. Neste contexto, insere-se o palácio, actualmente a Biblioteca Municipal de Belém,

no qual o projecto intervém com o sentido de lhe conferir requisitos actuais e maior vitalidade, sem querer anular a sua memória.

A nova construção procura dialogar com a pré-existente e pretende reflectir através de um exercício específico de projecto sob a forma como elementos urbanos convivem com o presente, com o passado, que memórias subsistem, que novos usos são criados e de que modo os resultados destes processos conseguem ir de encontro às aspirações de uma comunidade e constituir-se como ponto referencial do seu quotidiano.



## 2 - O TEMPO NA CIDADE : PROCESSO FÍSICO E SOCIAL

*A arquitectura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de factos novos e antigos [...] é feita de tantos pequenos seres que procuram uma organização [...] um pequeno ambiente para si mais apropriado ao ambiente geral*

Aldo Rossi<sup>1</sup>

Este primeiro capítulo debruça-se sobre os processos de formação da cidade como sedimentação de diversas *layers*. A cada extracto estão associados um conjunto de aspirações humanas que se vão aglutinando e que ora contrastam, ora se complementam. Estas diversas intenções inserem-se numa determinada realidade temporal e espacial e a sua interacção vai construindo uma espécie de discurso edificado, por vezes intermitente, mas que constrói o percurso da cidade. Deste modo, a cidade conforma-se como estrutura física, com hierarquias e relações entre espaços, que se vão alterando ao longo do tempo. A realidade construída transporta consigo o tempo da sua vida na cidade, reforçando a identidade da mesma.

O espaço urbano denota um forte sentido social, uma vez que funciona como lugar privilegiado de interacção entre indivíduos que têm necessidade de encontrar o seu lugar e de se associar ao outro em função das afinidades que encontram. Como tal, a comunidade revela-se vital para a construção da cidade e os respectivos processos de transformação justificam-se mutuamente.

### 2.1 - Aspectos sobre a Formação da Cidade

São muitos os autores que reflectem sobre as questões da cidade, nomeadamente, sobre os processos que levam ao seu desenvolvimento, onde se sobrepõem tempos, formas e pessoas. A

---

<sup>1</sup> ROSSI, A. (1966). *A Arquitectura da Cidade*. 2ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. p.33

cidade forma-se através de um percurso complexo motivado pela sociedade, em resposta a necessidades de criação de um ambiente construído, que responda à vida individual e colectiva.

Kevin Lynch atribuí a este processo dual – resposta à vida individual e colectiva - a definição da imagem da cidade., que ora se forma pela *sobreposição de imagens de muitos indivíduos ora de uma série de imagens públicas, criadas por um número significativo de cidadãos*.<sup>2</sup> Estas imagens colectivas permitem ao indivíduo actuar de acordo e em participação com a comunidade, sendo que esta acaba por se sobrepor, muitas vezes, à esfera singular. Deste modo, Aldo Rossi vai de encontro a esta ideia quando afirma que os processos urbanos *ficam como a imagem do destino interrompido do indivíduo, da sua participação,...* , *no destino da colectividade*.<sup>3</sup> Assim, o indivíduo encontra a sua representação na cidade através da comunidade onde se insere e na qual revê os seus valores e referências culturais.

O desenvolvimento urbano é impulsionado por um conjunto de necessidades sociais que fazem com que a cidade não seja apenas um conjunto de funções; nela estão intrínsecas ideias de espaço, que denotam desejos de qualidade e de conforto. Rossi encara a cidade como um conjunto de arquitecturas que concorrem para (con)formar uma estrutura urbana. Os instrumentos da arquitectura são-lhe legítimos, pelo que a cidade procura, igualmente, ainda que numa outra escala, a *criação de um ambiente mais propício à vida e intencionalidade estética*.<sup>4</sup> Neste sentido, a cidade é o conjunto de espaços, com maior ou menor qualidade e significado, onde se desenrolam as actividades sociais dos seus indivíduos.

No entanto, para Ignasi de Solà-Morales a cidade não pode ser encarada de um modo tão linear, uma vez que, hoje, não se está perante um sistema intelectual universal, mas sim de fragmentos temporais, espaciais e culturais. Defende, tal como Rossi, que a cidade é o lugar da arquitectura, no entanto, para este autor, a estrutura urbana actual comporta mais do que isso; ela é o lugar de intercâmbios e de contradições, de relações entre sistemas e redes, tais como, os transportes e as comunicações, os espaços naturais e os construídos, os espaços virtuais e os de entretenimento<sup>5</sup>. Estes acontecimentos caracterizam a nova realidade e, como tal, devem ser tidos em conta ao reflectir-se sobre os processos de formação da cidade, sendo estes cada vez mais dinâmicos e temporários, e cita-se: *Arquitectura es edificación, recinto, instalación, espacio. Pero es también*

---

<sup>2</sup> LYNCH, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa Edições 70, 2008. p. 51

<sup>3</sup> ROSSI, A. (1966). *A Arquitectura da Cidade*. 2ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. p.33

<sup>4</sup> *Idem* p. 31

<sup>5</sup> SOLÀ-MORALES, I. *Territórios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002. p. 9

*refugio, casa, estrutura, lenguaje. Es interior o exterior; es permanente o efimera; artística o técnica; razón o expresión, urbana o objetual*<sup>6</sup>

Segundo Solà-Morales, a ideia de que existe uma correspondência imediata entre lugar social e representação espacial na cidade, é um conceito que funciona em âmbito teórico ou em cidades históricas, onde, de certa forma, se remete mentalmente para um tempo passado, com uma cultura marcada pela permanência. Hoje, dada a “liberalização” económica, cultural, tecnológica e social, não se pode ter essa percepção assim tão evidente; ela corresponde à concorrência de ordens diversas e maleáveis.

### 2.1.1 - A estrutura geral e os lugares específicos

O ambiente urbano resulta da mistura de diferentes processos, de naturezas e escalas diversas, de carácter universal uns, particular outros, e aos quais se atribuem valores distintos. A cidade é um sistema permanentemente dual: é, ao mesmo tempo, uma estrutura genérica que constitui a paisagem, e o sucessão de acontecimentos específicos que conferem riqueza ao sistema onde se encontram inseridos.

A paisagem é constituída por uma extensão mais ou menos contínua, mas onde cada acontecimento urbano revela um sentido de limite por vezes com algum encerramento. Como afirma Chirstian Norberg-Schulz, na sua obra *Genius Loci* os acontecimentos formais e urbanos possuem uma relação de *figura-fundo*, sendo o facto individual a figura disposta num fundo geral - a paisagem que o enquadra. Se qualquer um destes campos é corrompido, o outro será igualmente afectado.<sup>7</sup>

Os lugares concretos dependem da sua função, dos seus materiais, da sua forma, da sua textura, do papel físico, em suma, do seu *carácter*. Schulz atribui ao carácter da cidade um papel vital na constituição de um *lugar*, pois determina a forma de *como* as coisas são e fornece-nos a base de investigação para o problema concreto da vida quotidiana<sup>8</sup>. Este *modo de ser* do espaço permite-lhe ser vivido, ultrapassando os limites de realidade física tridimensional. Os conceitos *espaço* e

---

<sup>6</sup> *Idem*, p. 24

<sup>7</sup> NORBERG-SCHULZ, C. *Genius Loci towards a phenomenology of architecture*. Nova Iorque: Rizzoli, 1979. p. 12

<sup>8</sup> NORBERG-SCHULZ, C. *Genius Loci towards a phenomenology of architecture*. Nova Iorque: Rizzoli, 1979. p.10 [tradução livre]



*carácter* apesar de distintos são, no entanto, interdependentes, ou seja, se por um lado e ao longo da história se assiste a que as mesmas formas tenham inúmeras caracterizações, por outro, é também verdadeiro que a organização espacial coloca limites à caracterização.

A cidade é feita pelo homem e para o homem, que tanto é colectivo ou individual mas que não deixa de ser um *homem do seu tempo* confrontado com restantes *homens dos seus tempos* que produzem os seus espaços. Como afirma Rossi, *todas as grandes manifestações da vida social têm em comum com a obra de arte o facto de nascerem da vida inconsciente; este nível é colectivo no primeiro caso, individual no segundo*<sup>9</sup>. A cidade é esqueleto, é estrutura que suporta as actividades, num tempo e espaço em grande mutação, marcado por assimetrias espaciais, temporais e sociais. Por outro lado, é órgão, é entidade urbana específica com a sua comunidade e a sua vida própria, constituindo-se num local onde se realizam trocas e comunicam pessoas.

Aldo Rossi estrutura a cidade em função de um conjunto de elementos que se interligam em continuidade através de uma história, cultura e valores comuns construindo uma ideia de permanência. A *área* é a unidade envolvente dos acontecimentos urbanos, o sistema de ligação entre residência, circulação e factos singulares. Dentro da estrutura geral da cidade surgem os *elementos primários* que funcionam como unidades de agregação e desenvolvimento na constituição da cidade. Estes são entidades complexas, que vão desde as actividades fixas aos monumentos e que possuem o valor de representação da vida pública no seu sentido mais amplo, isto é têm um *papel primário* no desenvolvimento das diversas áreas da cidade (fig.1). Da inter-relação entre estes elementos com as áreas, as pré-existências, os factores naturais e construídos, consolida-se a estrutura urbana. Todavia, o processo de formação da cidade não é sempre contínuo, havendo momentos de aceleração, de rupturas que obrigam a uma reorganização urbana e, assim, divergindo do sentido de permanência apresentado por Rossi.

Deste modo, Ignasi de Solà-Morales<sup>10</sup>, refere que na cidade actual estamos perante tempos diferentes e, que estes se traduzem em tipos de espaços diferentes. Se por um lado, não rejeita a questão das permanências, do monumento enquanto acumulador de memória, por outro, reforça a importância da *cultura do acontecimento*, do tempo fluído e do confronto de energias. A cidade acaba por se construir entre permanências físicas e acontecimentos moldantes e não pode ser encarada como algo estático, pelo que Solà-Morales não aponta um conjunto de elementos

---

<sup>9</sup> *Idem*, p 48

<sup>10</sup> SOLÀ-MORALES, I., *Presente y Futuros. arquitectura en las ciudades*. Barcelona: Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña, 1996. pp. 10-23

constituintes da cidade, uma vez que estes se contaminam mutuamente e as suas fronteiras são cada vez menos rígidas. No entanto, o espaço urbano é alvo de dois processos – a *mutação* e os *fluxos* – que condicionam os lugares; a *mutação* refere-se à alteração e adaptação dos espaços a novas realidades; os *fluxos* dizem respeito à acção do movimento temporal.

Os lugares, em função da permeabilidade aos acontecimentos anteriormente referidos podem, ainda segundo Solà-Morales, constituir-se em três ordens diversas: os *espaços de resistência* que são impermeáveis à mudança (*mutação*) e dos quais a questão da residência constitui o limite; os *espaços de intercâmbio*, aos quais o autor dá o nome de *contentores*, estão associados à sociedade de consumo e criados para satisfazer as necessidades de vida dos indivíduos, encerrando-os no seu “ambiente controlado”, como são os casos dos centros comerciais, dos centros turísticos ou dos museus; os *terrain vague* (fig.2) correspondentes às áreas abandonadas e que denunciam o confronto entre processos. No entanto, estes afirmam-se como lugares expectantes, de encontro entre presente e passado, *único reduto incontaminado para exercer a liberdade individual*<sup>11</sup>. Assim, a estrutura urbana contemporânea é construída de uma forma complexa através de momentos estáveis e por acontecimentos velozes que requerem uma adaptabilidade constante.

---

<sup>11</sup> SOLÀ-MORALES, I. *Territórios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002. pp.103-104

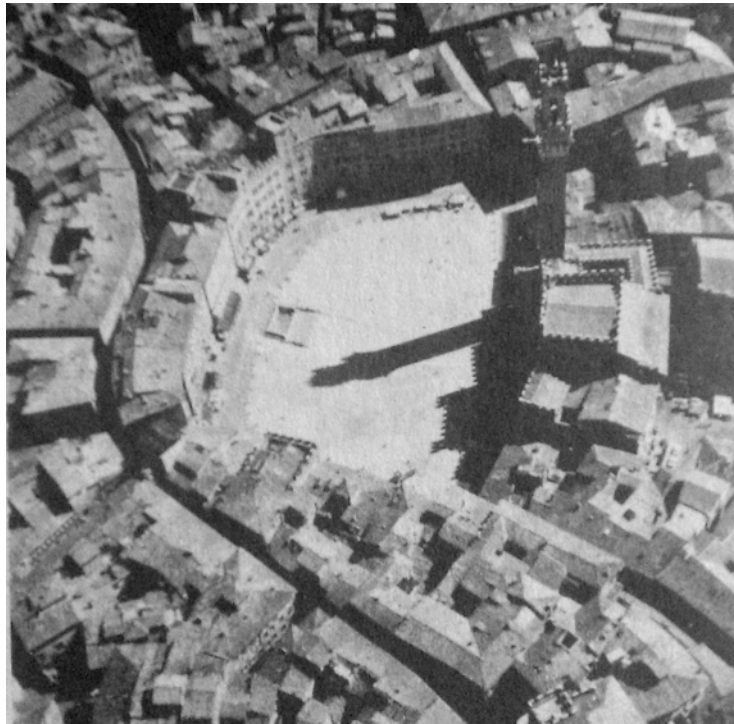


Fig. 1 Piazza del Campo, Siena. O vazio como gerador de urbanidade.



Fig. 2 *Terrain vague*

### 2.1.2 - Das funções da cidade

Enquanto processo social, a cidade tem que dar resposta às funções *desejadas* pelos homens; prende-se com exigências práticas de execução de actividades, mas também, de concepção de uma ideia de espaço à qual é atribuída um dado valor. Porém, as funções urbanas possuem algum grau de estaticidade, uma vez que, algumas delas permanecem durante um determinado período de tempo, em função dos modos de vida a elas associados. Definir a cidade através das suas funções fornece um entendimento esquemático sobre este organismo e que acaba por atribuir às diferentes funções o papel exclusivo de construção de um espaço, com a sua forma a depender integralmente de requisitos funcionais.

O espaço, enquanto mera função, implica que a sua forma tenha pouco valor porque deixa de ser reconhecível aquando do desaparecimento ou alteração da mesma. Todavia, tal não acontece, pois continua-se a atribuir valor a elementos que não possuem já a função para o qual foram criados<sup>12</sup>. Neste sentido, cita-se Rossi: *Se os factos urbanos se pudessem continuamente fundamentar e renovar mediante o simples estabelecimento de novas funções, os próprios valores da estrutura urbana, postos em relevo através da sua arquitectura, seriam contínuos e facilmente disponíveis; a própria permanência dos edifícios não teria nenhum significado e o próprio valor de transmissão de uma determinada cultura de que a cidade é um elemento em crise*<sup>13</sup>. Apesar de certos aspectos da cidade estarem, de facto em crise, ultrapassados por novos requisitos, existem valores que não são facilmente substituídos. Estes estão relacionados com a intimidade, com o sistema de valores primário do indivíduo e da sociedade.

---

<sup>12</sup> ROSSI, A. (1966). *A Arquitectura da Cidade*. 2ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. p. 79

<sup>13</sup> *Ibidem*. p.45

## 2.2 - A cidade enquanto lugar de memória

*A cidade é o locus da memória colectiva*

Aldo Rossi, 1966<sup>14</sup>

O espaço da cidade é o campo comum aos seus indivíduos, que ora os conecta, ora os separa. As lembranças destes formam um conjunto de memórias colectivas, heterogéneas, que se interligam através de relações de conflito e de complementaridade, em tempos diversos, mas com a referência comum do espaço. Cada acontecimento apresenta-se-nos como um veículo de valores, que se mantêm ou se alteram ao longo dos anos; pela forma que se transforma, testemunhando uma dada cultura que se vai tornando mais densa com as sobreposições naturais dos factos e do tempo: o tempo acrescenta factos arquitectónicos e os factos acrescentam tempo à cidade! Rossi refere que estes valores se associam mais ao nível espiritual do que propriamente a aspectos empíricos<sup>15</sup> sendo valores que se mantêm e que se instalam no âmago humano.

As experiências na cidade podem, contudo, ser bastante diversificadas, em função dos significados adquiridos pelas experiências de cada indivíduo. O espaço da cidade possui então, como afirma Rossi, uma memória geral enquanto produto colectivo mas, permite também a criação de memórias mais pessoais, resultantes da forma como o indivíduo se relaciona com a colectividade através desse mesmo espaço<sup>16</sup>. Se o lugar recebe a influência do grupo e vice-versa, então, as acções da colectividade estão plasmadas no seu *locus*.

Maurice Halbwachs<sup>17</sup> compara os quarteirões da cidade a pedras, quais elementos naturais, sólidos e que se encontram agarrados ao chão. Relacionada com esta metáfora que realça a dimensão matérica do construído, está a ideia da rua, com o seu carácter de permanência, havendo poucas formações sociais assim estáveis como esta estrutura urbana e que permanecem na memória dos seus habitantes (fig.3). Como esclarece Rossi: *a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas enquanto o grupo social evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente*.<sup>18</sup> A dimensão física do construído, a sua massa e presença, faz com que a sua capacidade de alteração e substituição à escala da cidade seja mais lenta do que o aparecimento de novas necessidades e desejos de dado *grupo social*. Assim, a estrutura urbana vai-se construindo e desconstruindo, os locais desaparecem e alteram-se.

<sup>14</sup> *Ibidem*. p.192

<sup>15</sup> *Ibidem*. p.45

<sup>16</sup> ROSSI, A. (1966). *A Arquitectura da Cidade*. 2ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. pp. 41-46

<sup>17</sup> HALBWACHS, Maurice, *A Memória Colectiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990. p. 51

<sup>18</sup> *Idem*. p. 136

Os modos de vida e hábitos locais possuem uma certa resistência à mudança, atestando a importância do espaço físico como âncora da memória colectiva, mas para que esta resistência se verifique é necessário que exista um grupo que defenda as suas tradições ou que tenha a capacidade de se adaptar na procura de uma harmonia entre o novo e o existente. É uma memória colectiva, que é constituída por experiências individuais com o próprio lugar através da História e do ambiente social. Como reforça Gaston Bachelard: *therefore, the space becomes everything, because the time has no ability to animate the memory*<sup>19</sup>

O passado materializa-se em diversas formas, surgindo lugares que *arquivam as memórias*. Os *lugares de memória*, como define Pierre Nora<sup>20</sup>, são o remanescente de uma consciência memorial de uma época histórica; acalentam ilusões de eternidade, de um conjunto de rituais numa sociedade que caminha em direcção à desritualização. Se por um lado, se experienciam de um modo sensível - o presente - por outro, obrigam a uma abstracção - o passado - estabelecendo um diálogo ambíguo. Com efeito, *o que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interacção dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca*.<sup>21</sup> Deste modo, os monumentos encerram em si um duplo sentimento de pertença e desprendimento, de presente e de passado, sendo objectos metamórficos e dinâmicos; testemunhas do decorrer do tempo e não a sua paragem.

A cidade constrói-se e desconstrói-se, formando um verdadeiro mosaico de espaços e tempos. Enquanto *mosaico de espaços*, ela é o campo de experimentação do homem na busca de criar um lugar que responda às suas necessidades físicas e psicológicas. A estrutura urbana possibilita (ou nega) a interacção dos indivíduos que dela fazem experiência. Esta dimensão humana é pautada por um sistema de valores sociais, culturais, económicos e tecnológicos que variam de lugar para lugar, e de tempo para tempo, que se contaminam, que se complementam ou se agridem mutuamente.

O desenvolvimento da cidade é um processo transversal nas mais variadas escalas, do sistema genérico à mais específica das situações. De algum modo, os seus espaços permanecem, e não necessariamente as suas funções; os tecidos alteram-se, mas a estrutura continua a ser legível e a ruína convive. A estrutura urbana é, pois, um *mosaico de tempos* que se constrói por dinâmicas

---

<sup>19</sup> BACHELARD, G. *apud* POSTALCI, I; ADA, A; EREN, I. *The new urban memory in 42nd ISoCaRP Congress*. 5pp. [Consultado a 14 de Outubro de 2011] disponível em [http://www.isocarp.net/data/case\\_studies/835.pdf](http://www.isocarp.net/data/case_studies/835.pdf).

<sup>20</sup> NORA, P. *Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire*, Califórnia: University of Califórnia Press, 1989. pp. 7-24

<sup>21</sup> *Idem*. p 22

diversas, presentes na teoria da cidade como permanência, reforçada por Aldo Rossi, mas também na cidade enquanto resultado de fluxos de energias e percursos, nos lugares que resistem à mudança, nos que a motivam, ou ainda, nos que por ela são esquecidos, no entendimento da cidade por Ignasi Solà-Morales.

Os espaços da cidade tornam possível experiência de impressões passadas; são os *lugares onde a memória habita*, zonas que estabelecem a ponte entre tempos. Estes lugares podem ser os monumentos, muitas vezes erguidos com o propósito de eternizar determinada memória ou que pela sua idade são contentores de lembranças, mas podem ser também, realizações espontâneas e que se apresentam como espelhos do *modus vivendi* da cidade. Todavia, ambas as ordens espaciais constituem importantes referências identitárias da cidade e atestam a afirmação de Pierre Nora: *Se habitássemos ainda na nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares*<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> NORA, P. *Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire*, Califórnia: University of Califórnia Press, 1989. p. 8



Fig. 3 Via Mazzanti, Verona, Itália  
Espaço urbano como activador e memória e de apropriação.



### 2.3 - Da Salvaguarda do Património à Ideia de Reabilitação

*Os construtores demolem. No lugar onde estava o  
sopro, pomos pedras ou palavras: sinónimo de construção.  
Ou destruição. Ou acção.*

Ana Hatherly, 1997<sup>23</sup>

Como foi referido anteriormente, a cidade é um processo humano que se constrói com a sucessão de homens que nela aplica a sua marca, o seu *sopro*, confrontando-se com preexistências resultantes de processos análogos, colocando a questão sobre como lidar com as impressões digitais de sociedades antepassadas - a *construção* e a *destruição*. O interesse em proteger estas memórias é um tema que não é novo, no entanto, nem sempre é entendido como hoje, sofrendo profundas alterações ao longo dos tempos.

Durante muito tempo, como refere J. Paiva, J. Aguiar e A. Pinho,<sup>24</sup> a questão da salvaguarda do património centrou-se apenas no objecto singular, no monumento, enquanto veículo de valores documentais e emocionais. Esta questão torna-se progressivamente mais ampla, estendendo-se aos tecidos urbanos e às realizações mais modestas. Numa primeira fase, até ao século XVIII, a conservação arquitectónica não é ainda um conhecimento sistematizado e consiste, essencialmente, no reaproveitamento dos edifícios do passado, que são possíveis de utilizar, intervindo nestes através de progressivas “actualizações”, em função dos conhecimentos, valores e gostos da época.

Todavia, a partir do século XIX, o debate em relação à atitude para com a herança edificada intensifica-se, através do aparecimento de duas teorias opostas, uma *intervencionista* e outra *anti-intervencionista*, respectivamente.<sup>25</sup> A primeira, que foi dominante até ao fim do século XIX, é marcada pela figura de Viollet-Le-Duc que define que *Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido*<sup>26</sup>, isto é, limpar o monumento de acrescentos e devolvê-

<sup>23</sup> HATHERLY, A. *O Mestre*. Lisboa: Ulisseia, 2011. p. 21

<sup>24</sup> PAIVA, J.; AGUIAR, J.; PINHO, A. e *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório de Engenharia Civil, 2006. p. 8

<sup>25</sup> CHOAY, Françoise (1982). *A Alegoria do Património*, Coimbra: Edições 70, 2010. p.158

<sup>26</sup> CHOAY, Françoise (1982). *A Alegoria do Património*, Coimbra: Edições 70, 2010. 160

lo ao seu estilo primitivo, através de intervenções analógicas, muitas vezes fantasiosas e miméticas (figs. 4 e 5).

Opõem-se ao restauro estilístico outro pensamento, motivado pela teoria de John Ruskin que defende, à luz do amor pela ruína, que não é legítimo o restauro actuar sobre os monumentos; as marcas que o tempo lhes imprimiu são parte integrante destes e são responsáveis pelo seu carácter particular (fig.6). Ruskin reforça: *Não nos é permitido tocar nos monumentos do passado. Nós não temos o mínimo direito de o fazer. Eles não nos pertencem. Eles pertencem, em parte, aos que os edificaram, em parte ao conjunto de gerações humanas que nos seguirão.*<sup>27</sup> Deste modo, as intervenções devem ser mínimas, para assegurar a sobrevivência do monumento, caso este se encontre em risco de desaparecer. Os monumentos não são peças de museu, mas sim elementos que participam no seu dia-a-dia da cidade, sendo que o envelhecimento faz parte deste processo. Ruskin é, também, o primeiro a salientar a importância das *arquitecturas menores*, isto é, o tecido urbano envolvente que convive com os *monumentos*, e que juntamente com estes vai construindo o conjunto global da cidade (fig.7).

É da discussão entre estas posições, entre diferentes autores, que a questão da salvaguarda do monumento se vai progressivamente alterando e tornando-se numa área muito mais vasta, cada vez menos unilateral e menos exclusiva na questão do objecto. Como síntese das teorias anteriores surge Camillo Boito que procura recuperar, por um lado, a noção de autenticidade de Ruskin, por outro, a questão do restauro de Viollet-Le-Duc, com o intuito de construir uma posição conciliadora e menos radical, que absorvesse ambos os argumentos. No início do século XX, surge Alois Riegl, que contribui para a clarificação do termo monumento, complementando os estudos anteriores através da distinção da ideia de monumento de monumento histórico e associando-o a factores sociais e a uma estrutura de valores intrínsecos, constituindo-se nos valores “de rememoração”<sup>28</sup>. Dentro destes grupo existe o valor de *antiguidade*<sup>29</sup>, que se prende com o tempo(s) do monumento e as impressões que as diferentes épocas lhe conferiram. Para além destes, existem também os valores de *contemporaneidade*, que são o *valor de arte* e o *valor de utilização*.

Durante o início do século XX e até aos anos 60, a relação da cidade com o património assume uma maior amplitude e através de duas posições opostas. Por um lado, baseados no positivismo da era industrial, os princípios defendidos pelos CIAM e da *Carta de Atenas do*

---

<sup>27</sup> RUSKIN, John, *apud* CHOAY, Françoise, *ibidem*, p.159.

<sup>28</sup> CHOAY, Françoise, *ibidem*, p.170

<sup>29</sup> CHOAY, Françoise, *ibidem*, p.171

*Urbanismo*, e a defesa da modernização da cidade antiga com a melhoria das suas condições de higiene e de circulação. Por outro lado, a cidade antiga deve ser salvaguardada sobre qualquer custo, tornando-a intocável, como se de um museu se tratasse e encerrada em si, sem relação com a cidade do presente e as novas expansões.

Juntamente com este debate, a sucessão das duas grandes guerras mundiais traz consigo acentuadas necessidades de reconstrução das cidades e de realojamento dos seus habitantes, dada a destruição dos seus tecidos. Como tal é necessário um plano urgente, que nem sempre se revela ajustado, sendo comum a demolição das zonas afectadas, para dar lugar a construção rápida em zonas periféricas, alterando profundamente o carácter e a estrutura de inúmeras cidades europeias, e acentuando o debate sobre a questão da herança da cidade antiga. Como resultado deste processo surgem uma série de documentos que procuram sistematizar as preocupações com a salvaguarda do património, como a Carta de Atenas *do Restauro*, de 1931, que serviu de mote para a *Carta Italiana do Restauro*, de 1932.

Associado a estes documentos está Gustavo Giovannoni, que procura estabelecer a compatibilização das posições anteriores e integração do tecido antigo na cidade actual, bem como o progressivo alargamento do conceito de património, abrangendo realizações colectivas à escala da cidade, como a *arquitectura menor*, ou seja, tudo o que contribua para a constituição a identidade da imagem urbana. Deste modo, este autor defende a salvaguarda dos tecidos com a introdução de equipamentos e infra-estruturas de apoio a vida actual, demolindo de forma pontual e justificada, com a melhoria do ambiente.

A *Carta Internacional do Restauro*, ou *Carta de Veneza*, de 1964, é o resultado do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Nesta carta, defende-se o alargamento do termo monumento histórico que “engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase de evolução significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo”<sup>30</sup>. O restauro deve ser mínimo e reversível, indo contra as reconstruções imaginativas de outrora.

---

<sup>30</sup> V. Jorge *apud* PINHO, Ana. *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*. p. 56

No fim dos anos 60, começa a surgir o termo “reabilitação”, como resultado do compromisso das posições anteriores, incorporando os seus valores, mas numa perspectiva mais ampla e informada, respeitando o passado e permitindo o presente. Em 1975, a reabilitação “institucionaliza-se” através da Carta Europeia do Património Arquitectónico e da Declaração de Amesterdão, que vêm não só cimentar a importância de uma política de salvaguarda das zonas históricas, de edifícios de valor cultural reconhecido mas também, dos mais modestos.

Com efeito, estes documentos contribuem para compreender a complexidade do conceito de património edificado, não apenas referente a situações de qualidade arquitectónica reconhecida, mas ainda, ao ambiente envolvente e às representações anónimas. Deste modo, esta ideia de um património urbano ganha maior dimensão, estendendo-se à escala de toda a cidade, motivando estratégias que incidam nos diferentes âmbitos, mais locais ou mais genéricos. Como afirmam J.Paiva, J. Aguiar e A. Pinho, a respeito da reabilitação urbana, esta é entendida como *a recuperação e beneficiação geral de áreas urbanas degradadas (históricas ou não) nos seus vários aspectos (do físico e morfológico, à revitalização socioeconómica e funcional)*<sup>31</sup> e implica uma estreita articulação com as políticas urbanas de índole estratégica mas também, de aplicação local.

Deste modo, o entendimento sobre as questões do património e da sua salvaguarda procura tornar-se cada vez mais abrangente, mas ao mesmo tempo ter uma maior atenção sobre a especificidade do lugar. Esta área é considerada nas suas diversas dimensões, seja enquanto parte pertencente a uma estrutura urbana, repositório de memória ou contentor de experiências humanas. Dentro deste sistema, o património deve ser encarado enquanto organismo vivo, simultaneamente passado e contemporâneo, com a sua correspondente física mas também social. Assim, para além de conservar fisicamente o edificado, importa restituir a qualidade da vida urbana e do seu carácter de lugar de relações entre os seus cidadãos e as suas comunidades.

---

<sup>31</sup> PAIVA, J.; AGUIAR, J.; PINHO, A. *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório de Engenharia Civil, 2006, p. 16



Fig. 4 Fotografia da porta de San Nazaire, Léopold Verguet, 1863



Fig. 5 Estudos para a Porta de San Nazaire, Viollet Le Duc, 1862  
Caneta, lápis e aguarela

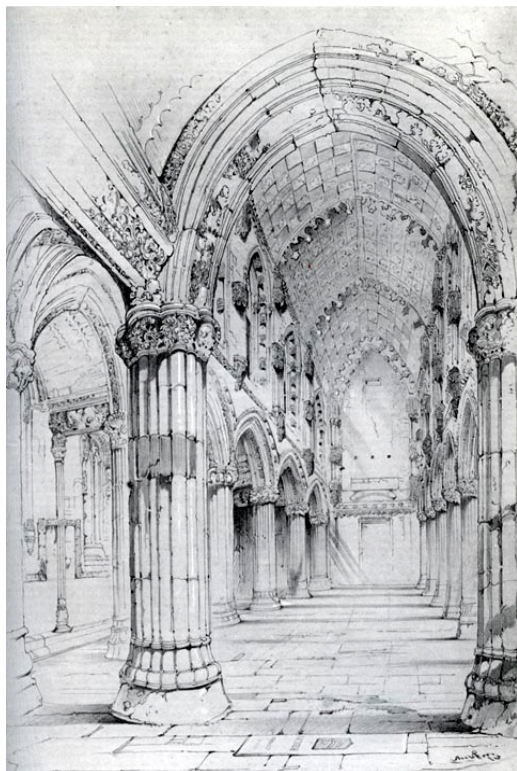


Fig. 6 Capela de Roslin, John Ruskin, 1838  
Lápis sobre papel

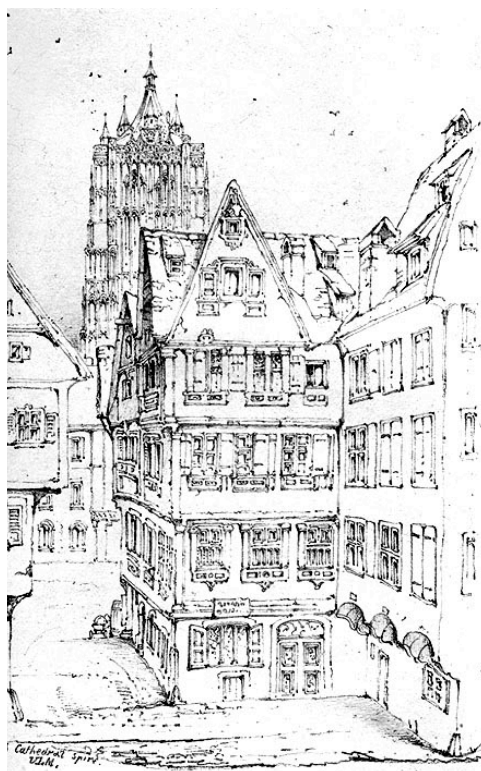


Fig. 7 Houses and Cathedral Spire, Ulm, John  
Ruskin, 1835  
Caneta sobre papel

## 2.4 - O tecido social urbano e a importância da comunidade

*Les gens, ils trouvent que le monde est bien comme il est, tout juste comme il est et chacun d'eux, provisoirement, puise le sens de sa vie dans celle de l'autre.*

Jean-Paul Sartre, 1938<sup>32</sup>

O processo da vida urbana constrói-se através do contacto de experiências entre seus habitantes, que se confrontam e se associam. Deste modo, as alterações inerentes à formação da cidade são dependentes dos processos de transformação das suas próprias comunidades. O grupo social constitui-se como uma unidade vital para o indivíduo, que sente necessidade de partilhar experiências e de se sentir representado dentro de um sistema ideológico e valorativo – uma comunidade - atestando a capacidade deste tipo de formação de actuar de forma expressiva no tecido urbano. As cidades vão-se construindo através da sucessão destes processos, nos quais é transversal a ideia de hierarquia que se plasma nos espaços urbanos, contudo hoje difícil de reconhecer dada a complexidade das estruturas sociais e da democratização do indivíduo.

A clarificação da noção de comunidade ajuda, então, a entender de que forma se estabelecem as associações sociais e as razões que fazem com que os indivíduos se juntem e partilhem uma identidade comum e não se mantenham exclusivamente num caminho individual. A respeito dos processos de associação, Émile Durkheim estabelece dois tipos de solidariedade: a *solidariedade mecânica* que diz respeito às relações entre indivíduos semelhantes, com os mesmos valores, ideias e culturas; a *solidariedade orgânica*, que se desenvolve entre pessoas que, apesar das suas diferenças, se complementam. Todavia, segundo este autor, as interações sociais estão em permanente tensão entre o homem como parte de uma colectividade, e o homem isolado, uma vez que *não nos podemos dar completamente a outrem sem nos abandonarmos a nós próprios; não se pode desenvolver excessivamente a personalidade, sem cair no egoísmo.*<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> SARTRE, J.P. *La Nausée*. Paris: Éditions Gallimard, 1938, p. 64

<sup>33</sup> DURKHEIM, E.(1893). *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 16

A proximidade física é, também, um importante factor da constituição de um grupo de interesses comuns – a vizinhança – que forma parte da realidade quotidiana. Este tipo de organização social varia de acordo com o meio onde se situa, bem como a sua intensidade, sendo comum em meios simples e mais rara em espaços de maior complexidade. É igualmente mais importante quanto menores forem os meios de comunicação e transporte, uma vez que as populações possuem menor mobilidade, a sua vida é caracterizada por uma maior estabilidade e acabam por ver no vizinho o *typical helper in need*<sup>34</sup>. Todavia, a vizinhança não corresponde sempre a este carácter de entajuda e de identificação mútua. Dada a sua proximidade podem surgir conflitos ou corresponder a uma realidade acrítica e aberta, onde os seus elementos participam de forma intermitente.

A fugacidade das relações humanas tende a encontrar a perda de estabilidade espacial, pelo que hoje em dia a proximidade física torna-se cada vez menos essencial no processo de formação de comunidades, indo de encontro à ideia da formação da cidade através dos seus fluxos, exposta por Ignasi-Solà Morales<sup>35</sup>. Segundo Talcott Parsons as relações sociais possuem três agentes interligados entre si, são eles; *the individual actor, the interactive system, and a system of cultural patterning*<sup>36</sup>. Parsons procura encontrar uma posição de complementaridade entre as dinâmicas aparentemente opostas da contemporaneidade, havendo por um lado, o sentimento comunitário que indica um tipo de pensamento virado para o ser colectivo, onde se desenvolve um dado sentimento de pertença; por outro, as interacções mais genéricas e superficiais, resultantes do encontro efémero ou de interesse por parte de indivíduos mais ou menos desconhecidos. Assim, o sentido comunitário não tem necessariamente o seu fim, mas os seus limites tornam-se mais permeáveis e menos vinculados a uma referência geográfica concreta, continuando desta forma, a conviver com dinâmicas sociais de outras ordens.

Assim, é assumida a importância da comunidade no desenvolvimento de um sentido de pertença e de integração. Se por um lado, a estabilidade da comunidade parece não ser reconhecível na cidade de hoje, por outro, a maior abertura dos seus limites, e a sua recolocação perante os novas formas de comunicação, podem conferir a força necessária para que este tipo de associação humana, ao transformar-se, não acabe. Como afirma Graham Day, a comunidade possui um triplo papel:

---

<sup>34</sup> WEBER, M. (1953). *Economy and Society an outline of interpretativa sociology*. Berkeley: University of California, 1978, p. 361

<sup>35</sup> ver 2.1.

<sup>36</sup> *Ibidem*. p. 17



*invokes a particular way of organizing social relationships, a general (and desirable) quality of sociability and mutual regard, and a summons to undertake joint social action.*<sup>37</sup>

#### 2.4.1 - A Comunidade e a Cidade

*Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida — a última reconfiguração da luta com a natureza que o homem primitivo levou a cabo em favor de sua existência corporal.*

Georg Simmel, 1903<sup>38</sup>

De acordo com Durkheim, a construção das cidades nasce pela condensação das sociedades, ou seja, uma menor distância social entre indivíduos e o aumento da importância de uma moral comum, que veio ajudar a formar grupos e, progressivamente, os tecidos urbanos<sup>39</sup>. Esta nasce, então, da multiplicação das relações sociais, da necessidade que o homem teve de se relacionar e de se inserir num determinado habitat físico, mas também social. Destas relações surgem também conflitos e a concorrência, quando os indivíduos são semelhantes, desejam as mesmas coisas ou têm os mesmos objectivos de vida, ou seja, quanto maiores forem os seus pontos de contacto maior será a tendência de confronto. Na cidade, quanto mais próximos estiverem funções semelhantes, maior é a concorrência, sendo o contrário, na maioria das vezes, verdadeiro.

Assiste-se na cidade de hoje a um predomínio da individualidade em detrimento do sentido colectivo. Este facto pode explicar-se, como afirma Georg Simmel, pela *intensificação da vida nervosa*<sup>40</sup>, que é o reflexo da rapidez das alterações, da multiplicação das imagens e das situações inesperadas que ocorrem na cidade. Este facto provoca a intelectualização da vida do indivíduo, que é tanto mais intensa quanto maior for a cidade, sendo que no campo ou nas cidades pequenas se verifica um comportamento mais sentimental, mais duradouro, reflectindo a maior

<sup>37</sup> DAY, G. *Community and Everyday Life The New Sociology*. Oxon: Routledge, 2006. p. 24

<sup>38</sup> SIMMEL, G. (1903) *As grandes cidades e a vida do espírito* in Mana- Estudos de Antropologia social. 1995, v11, n2, 2005. p. 577

<sup>39</sup> DURKHEIM, E. (1893). *A divisão do trabalho social*. Porto: Editorial Presença, 1984. p. 36.

<sup>40</sup> SIMMEL, G. *Op cit.* p. 577

estabilidade dos factos urbanos e sociais. Segundo o autor, o habitante da cidade grande possui um mecanismo de defesa contra as agressões do ambiente envolvente, que consiste na tendência para a racionalização dos acontecimentos, e que se divide em inúmeras variações. Este processo está também ligado ao facto da cidade ser o lugar privilegiado das trocas comerciais, que acentuaram ao longo do tempo esse mesmo comportamento.

Como resposta à aceleração do tempo, o autor defende que os habitantes das estruturas urbanas tendem a caracterizar-se por uma atitude *blasé*, dada a incapacidade de reagir a estímulos. Os indivíduos possuem uma atitude de reserva perante o outro, pois dada a diversidade e a quantidade das interações é impossível reagir de forma positiva em todas estas<sup>41</sup>. Desta forma, o indivíduo adquire um comportamento defensivo que lhe permite obter um grande grau de liberdade pessoal. Esta necessidade de distancia social traduz-se na crescente importância do espaço privado.

Este tipo de predisposição humana assemelha-se à fase inicial de construção de um determinado grupo identitário. Esta formação social começa por se iniciar com um número relativamente restrito de pessoas e com uma atitude de aversão perante os grupos envolventes, onde o indivíduo possui um curto espaço para actuar enquanto unidade social com ideias e aspirações. Com o progressivo crescimento do grupo, esta regulação torna-se menos rígida, e os seus membros vão-se tornando cada vez mais específicos e particulares. Este processo ajuda a compreender a atitude humana perante a cidade, e o porquê de se tornar mais extrema com o aumento das suas dimensões. Como afirma Graham Day: *as humans, we are boundary-drawing animals, and we erect barriers between ourselves and the others, quite as much as we identify with them. The idea of community captures these elements of inclusion and exclusion, pointing those who belong together, and those who are held apart*<sup>42</sup>. As relações humanas são, portanto, o resultado da necessidade que o homem tem em se relacionar ou se afastar do outro, construindo interações de diversos tipos e que vão modelando o mosaico da cidade.

---

<sup>41</sup> SIMMEL, G. (1903) *As grandes cidades e a vida do espírito* in Mana- Estudos de Antropologia social. 1995, v11, n2, 2005. p. 577

<sup>42</sup> DAY, G. *Community and Everyday Life The New Sociology*. Oxon: Routledge, 2006. p. 2



### 3 - A COMUNIDADE COMO INSTRUMENTO DE REABILITAÇÃO

*(...) as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunitária.*

Manuel Castells, 1996<sup>43</sup>

No capítulo anterior procura entender-se o desenvolvimento da cidade como um processo multidimensional ora contínuo ora descontínuo, pautado por dimensões físicas e sociais. Este percurso é formado ao longo do tempo e produz testemunhos dos vários momentos que são chamados a conviver entre si na cidade.

Como tal, apontam-se os principais problemas inerentes ao confronto entre tempos nas áreas urbanas consolidadas bem como estratégias de reabilitação que os podem minimizar. Associada a este diagnóstico e às linhas de actuação está a dimensão comunitária que é muitas vezes uma qualidade intrínseca destas áreas e que se pode constituir como peça chave na sua revitalização.

#### 3.1 - O tecido urbano consolidado

A noção de tecido urbano consolidado alberga as zonas da cidade caracterizadas pela estabilidade do tecido edificado e muitas vezes uma vida social igualmente firmada. Dentro deste grupo estão as áreas antigas, ou seja, partes da cidade que nasceram em tempos passados e testemunham o percurso da cidade. Estes lugares edificados estimulam a memória e transportam o indivíduo para tempos e modos de vida antigos; são como afirma Paulo Pereira *uma falha temporal e espacial*, obrigam a um exercício de fuga da realidade momentânea e despertam sentimentos de

---

<sup>43</sup> CASTELLS, M. *O poder da identidade : a era da informação : economia, sociedade e cultura*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 73

afectividade<sup>44</sup>; têm a sua origem no passado, mas podem experienciados no presente, ainda que de modos distintos; permanecem, muitas vezes, perdidas no meio da frenética cidade contemporânea, constituída por partes, pelo que sobrou dos tempos e que não têm relação entre si.

Estas áreas não são apenas os centros históricos ou de valor monumental, mas possuem um carácter central para as suas comunidades e são focos importantes na estrutura urbana. Ernesto Nathan Rogers utiliza o termo *cuore*, ou coração, para definir estes centros como motor da vida na cidade. A centralidade destes lugares advém do facto dos mesmos funcionarem como campos de força, caracterizados por uma elevada polifuncionalidade, pelo seu carácter confluyente, resultante da sedimentação de tempos, conhecimentos, actividades e pessoas que vão imprimindo a sua respectiva marca. Como afirma Nuno Portas: *o valor de uma área antiga não é apenas o dos edifícios: é um valor de localização ou de “centralidade” para os que lá trabalham ou moram; é o valor das infra-estruturas já instaladas mesmo se, nalguns casos, carentes de reforma; é o valor acumulado de investimentos de milhares de cidadãos nas suas casas, nas suas lojas, nos seus armazéns ou mesmo fábricas*<sup>45</sup>. Por sua vez, os habitantes destas áreas mantêm muitas vezes um certo modo de vida “antigo”<sup>46</sup>, na medida em que habitam em lugares com uma estreita relação entre espaço, comunidade e indivíduo, características cada vez menos comuns na cidade contemporânea (fig.6).

### 3.1.1 - O sentido comunitário em áreas antigas

Como refere Graham Day, a ausência da comunidade constitui o grande problema da cidade actual<sup>47</sup> e é provocada pelo desaparecimento progressivo das relações de cooperação e de proximidade, motivando a degradação do sentido urbano. Ora a identidade de um lugar constrói-se com o tempo, com a maturação das culturas e dos valores comuns entre indivíduos como afirma Manuel Castells: *as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural*<sup>48</sup>. Deste modo, as áreas antigas são pontos

---

<sup>44</sup> PEREIRA, P. *Património Edificado. Pedras Angulares*. Lisboa: Aura Ensaio. P.68

<sup>45</sup> PORTAS, N. *Conservar Renovando ou recuperar revitalizando*. Coimbra Museu Nacional de Machado de Castro, 1983. p. 11

<sup>46</sup> PEREIRA, Maria da Luz Valente, *Reabilitar o Urbano ou como restituir a cidade à estima pública*, Lisboa: LNEC, 1987. p.5

<sup>47</sup> DAY, G. *Community and Everyday Life The New Sociology*. Oxon: Routledge, 2006. p. 97

<sup>48</sup> CASTELLS, M. *O poder da identidade : a era da informação : economia, sociedade e cultura*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 73

privilegiados, a sua “idade” acabou por permitir a construção da sua identidade e de uma certa sensação de familiaridade por parte dos seus habitantes que conservam, muitas vezes, hábitos de heranças passadas. Para além do tempo, concorrem na formação da identidade do lugar factores como a qualidade estética da sua arquitectura, a implantação, a relação com a realidade urbana envolvente e que constituem a área como algo único e reconhecível. O tecido social está organizado em estruturas relativamente simples e são caracterizadas pela partilha de valores e experiências e por uma certa noção hierárquica, quer a nível do grupo como da própria cidade.

Para se construir o sentido de comunidade Castells fala na necessidade da *mobilização social* i.e. processos onde as pessoas se juntam em função de ideias e aspirações comuns, onde se desenvolve a noção de partilha que pode conduzir a uma certa autonomia política e capacidade de actuação na melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Todavia, estes factos são cada vez mais difíceis de reconhecer, dada a complexidade e simultaneidade de acontecimentos na cidade contemporânea, fazendo crescer o fascínio nostálgico que existe em torno das áreas históricas. A estabilidade verificada em muitas áreas consolidadas diverge da latitude de caminhos que a cidade actual possibilita, que conduz muitas vezes a um sentimento de confusão e de insegurança por parte do habitante. Ao longo da história a cidade foi sendo o resultado do poderio da classe dominante e das dinâmicas económicas que nesta aconteciam, denotando uma estrutura bem delimitada e contínua, do qual resultam a formação dos grupos sociais e a respectiva imagem urbana.

Nesse sentido, depois do funcionalismo da Carta de Atenas e da casa como *máquina de habitar*<sup>49</sup> do início do século XX, parte da arquitectura do pós-guerra procura reafirmar a dimensão humana e social da cidade, nomeadamente o *Team X* (cf. A1), um conjunto de arquitectos, entre os quais George Candilis, Alexis Josic, Shadrach Woods, Alison e Peter Smithson e Aldo Van Eyck. Deste modo, a cidade moderna que tende para o isolamento dos indivíduos contrasta com o sentido de vivência humana colectiva, ainda reconhecível em zonas históricas da cidade, mesmo quando se encontram degradadas, como referem os Smithsons: *in (...) slums the vital relationship between the house and the street survives, children run about, people stop and talk, vehicles are parked ... and the shops around the corner: you know the milkman, you are outside your house in your street. Houses can be arranged in such a way that, with only such additional things that prove to be necessary to sustain physical and spiritual life that a new finite thing, the plastic expression of primary*

---

<sup>49</sup> consultar CORBUSIER, Le. *Vers une architecture*. Paris: Les Editions G. Crés, 1924

*community is created.*<sup>50</sup> (Figs.8 e 9). Ao permanecerem testemunhos deste tipo de vivências, estabelece-se o confronto entre os diferentes tempos do desenvolvimento urbano e que levantam questões de como tornar as áreas históricas em elementos activos de revitalização da cidade e sociedade contemporâneas.

---

<sup>50</sup> SMITHSON, A & SMITHSON, P. *apud* AVERMAETE, Tom, *Another modern – The post-war architecture and urbanism of Candilis-Josic-Woods*, Roterdão: NAI Publisher, 2005. p.94



Fig. 8 limite do espaço privado. Habitante à porta de sua casa.



Fig. 9 relação de proximidade entre vizinhos



### 3.1.2 - Problemas estruturais

Apesar do reconhecido potencial destes lugares observam-se inúmeros processos que conduzem à sua degradação e que, progressivamente vão esvaziando o interior da cidade em detrimento da expansão periférica. Deste modo, as áreas consolidadas da cidade perdem população, acumulando uma série de problemas, de grande sentido social, decorrentes da inadaptação às novas necessidades.

Em primeiro lugar, tem-se o problema da acessibilidade, uma vez que estas zonas ao conterem em si uma enorme diversidade de funções e actividades, *vivem da acessibilidade das pessoas e dos veículos*<sup>51</sup>. A facilidade de circulação pode ser complicada pelo excesso do automóvel que provoca dificuldades de estacionamento e, conseqüentemente, falta de espaço para o peão. No entanto, a solução não está no seu oposto, isto é, no corte radical do trânsito, porque tal provocaria a diminuição da afluência das pessoas. Importa pois, chegar a um compromisso entre estas realidades, com o incremento do transporte público, tentando compatibilizar as diversas actividades, minimizando a poluição gerada pelo uso exagerado do carro, oferecendo melhor qualidade do ambiente. Portas reforça: *a regulação das actividades é a chave da revitalização dos bairros existentes: se são demais, arruinam-nas pelo congestionamento, se são de menos, tornam-nas em dormitórios de velhos com restaurantes para turistas. E de pouco serve salvar as pedras se perdemos os homens*<sup>52</sup>

Por sua vez, o problema da habitação é também muito expressivo nestas áreas e oscila entre duas realidades frequentes: de um lado, a degradação do tecido habitacional pela falta de manutenção ou de resposta aos requisitos funcionais actuais; de outro, a especulação fundiária em obras reabilitadas torna os edifícios e espaço possível apenas para uma elite ou para o sector terciário, adulterando a lógica funcional da zona e gerando, assim, desigualdades.

Com a falta de condições do tecido habitacional, este acaba por ficar remetido às classes sociais mais baixas ou envelhecidas, uma vez que quem tem maiores possibilidades acaba por sair em busca de um melhor lugar para viver, desenvolvendo-se um ciclo vicioso no que toca à renovação e à diversidade da população. Assim, permanecem os mais idosos, os menos instruídos e

---

<sup>51</sup> PORTAS, N. *Conservar Renovando ou recuperar revitalizando*. Coimbra Museu Nacional de Machado de Castro, 1983. p. 12

<sup>52</sup> *Ibidem*. p.13

menos qualificados profissionalmente, com inúmera situações de desemprego, de pobreza, segregação social e marginalidade, contribuindo para uma fraca auto-estima geral destas populações.

Outro problema existente nas zonas consolidadas é o confronto entre os diferentes tempos de construção e que coloca a questão de como fazer novo e como recuperar o existente. Deste modo, dentro da cidade, e para lá dela, multiplicam-se novas construções, novas zonas comerciais, que acabam com o comércio local, novas habitações, indiferentes às reais necessidades da população e sem conexão entre si. Como defende Portas, *as novas urbanizações são uma espécie de negativo das antigas*, uma vez que possuem elementos urbanos reconhecíveis como as praças, as ruas, os pátios; por não haver continuidade no tecido edificado; pela falta de integração dos equipamentos com a restante construção.<sup>53</sup>

Não obstante o desenvolvimento da cidade, as áreas históricas continuam a ter um papel importante na criação do seu carácter e que a cidade moderna tem dificuldade em igualar, uma vez que o ser humano tem necessidade de construir uma história, que pode ser a continuação das ideias do passado ou a sua contradição. Deste processo se vai fazendo cidade. Assim, é importante reflectir sobre de que forma sobrevivem as áreas históricas na realidade urbana actual. Como fazer com que estas participem numa realidade, aparentemente, incompatível?

### 3.2 - A reabilitação urbana como estratégia

[A Reabilitação é] *a forma pelo qual se procede à integração dos monumentos e edificios antigos – em especial os habitacionais – no ambiente físico da sociedade actual*

Resolução (76) 28<sup>54</sup>

A reabilitação urbana pretende integrar as áreas antigas na dinâmica da cidade actual, tendo sempre em atenção que ela faz parte de um ecossistema social, cultural e económico pelo que

---

<sup>53</sup> *Ibidem*. p.18;

<sup>54</sup> Resolução (76) 28 sobre a adaptação de leis e regulamentos às exigências da conservação integrada do património arquitectónico *apud* PAIVA, J., AGUIAR, J. e PINHO, A., *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório de Engenharia Civil, 2006. p 90

qualquer estratégia desta ordem considera igualmente questões sociais e ambientais. A reabilitação não é, então, mera recuperação de tecido físico; ela é, sobretudo, a recuperação do tecido social das áreas onde intervém, procurando garantir melhores condições de vida à população da zona. Assim, a reabilitação possui um conjunto de objectivos que procura responder de forma dinâmica e ajustada à especificidade de cada lugar.

Um dos principais objectivos da reabilitação é o de fornecer uma habitação digna a todos e devolver a “qualidade do viver público”<sup>55</sup>, impedindo a desertificação destas zonas. A melhoria das condições habitacionais prende-se com a recuperação e adaptação do parque habitacional às necessidades actuais, mas também com a criação de infra-estruturas e equipamentos públicos, que servem de apoio à vida das populações. Como afirmam J.Paiva, J.Aguiar e A. Pinho: *os espaços e equipamentos públicos são fundamentais para a qualidade de vida da população, para o seu enraizamento, para a sua identificação em relação à área de residência, assim como para promover a cidadania e a coesão social.*<sup>56</sup>

Outra preocupação deste tipo de estratégia é a reabilitação do património. Os monumentos, o tecido antigo e os espaços públicos devem estar envolvidos na dinâmica da cidade, pelo que a sua conservação tem de ser integrada, dando usos a estas áreas que não deteriore as suas qualidades intrínsecas e o seu carácter, mas que possibilitem a inclusão na vida contemporânea. Por um lado, tenta conservar a memória, os conhecimentos e valores do passado através de processos de reabilitação mínima, com intervenções leves e reversíveis, se possível. Desta forma, é necessário reactivar os valores associados à cidade antiga mas que são transversais e perfeitamente necessários na cidade actual, para que esta seja vivida por todos, seja a nível de valores culturais, técnicos, construtivos ou sociais.

Por outro lado, é necessário olhar o presente e construir a cidade do hoje, pelo que os processos de reabilitação devem ser dinâmicos e capazes de se adaptar ao longo dos tempos, pensando também na função que desempenharão no futuro. A revitalização deste tipo de tecidos passa pela promoção da multiplicidade de funções, tornando-as mais atractivas, com maiores oportunidades de emprego, habitação, lazer, entre outros. No entanto, estas funções devem ser compatíveis entre si, de modo a não criar desequilíbrios nem a descaracterização do tecido existente. O carácter residencial da cidade é vital para que esta funcione, como tal, nestas zonas antigas,

---

<sup>55</sup> PEREIRA, Maria da Luz Valente, *Reabilitar o Urbano ou como restituir a cidade à estima pública*. Lisboa: LNEC, 1987. p.5

<sup>56</sup> PAIVA, J., AGUIAR, J. e PINHO, A., *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório de Engenharia Civil, 2006. p. 143

economicamente muito atractivas, há que favorecer o seu tecido habitacional e limitar processos capitalistas da iniciativa privada, que, muitas vezes é danosa dado o seu pensamento “lucrativo”. A reabilitação é *a reconciliação com a economia*<sup>57</sup>, pois procura aumentar a atractividade da cidade, quer para turismo quer para negócios e criar emprego com a necessidade de mão-de-obra e utilização de materiais e recursos locais para a conservação do património.

### 3.2.1 - A política urbana da reabilitação

Como esclarecem Paiva, Aguiar e Pinho<sup>58</sup> a reabilitação deve ser parte integrante das políticas urbanas, não deve ter um carácter episódico e que apenas diz respeito aos monumentos de reconhecido valor artístico e patrimonial. É uma operação complexa, com um campo de actuação abrangente, que pretende melhorar a vida das populações. Ao tornar-se tão ampla tem que contar, naturalmente, com outras disciplinas e especialistas, não apenas ligados à área da construção, mas também da economia, ciências sociais e cultura, de forma a criar uma política interdisciplinar, e o mais abrangente possível, contribuindo para alcançar soluções ajustadas e realistas.

Para que uma estratégia de reabilitação seja verdadeiramente integrada é necessário que funcione a dois níveis: estratégico e local. Deste modo, as operações desta ordem devem fazer parte de um plano estratégico alargado e das políticas urbanas gerais. À semelhança da atenção dada à escala do lugar, este modo de intervir busca a compreensão das direcções globais, os acontecimentos urbanos significativos que alteram a cidade, e que se tornam num dado de trabalho conhecido.

De igual forma, a distribuição dos poderes deve funcionar em diversas escalas, unindo os diferentes agentes, políticos, técnicos, habitantes, fazendo com que estes últimos tenham um papel importante na tomada das decisões, pois, conhecem profundamente a realidade, aumentando, assim a responsabilidade destes para com a sua área. Como afirma Valente Pereira: *juntar sobre o mesmo território políticos, técnicos, população e grupos de interesse que nele actuam e possibilitar que interajam (...) para definirem os programas de acção que os exprimem e organizarem uma gestão que os cumpra*<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> PAIVA, J., AGUIAR, J. e PINHO, A., *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório de Engenharia Civil, 2006. pp. 95

<sup>58</sup> *Idem*. pp 170-171

<sup>59</sup> PEREIRA, Maria da Luz Valente, *idem*, pp. 6-7;

A nível local, interessa ter um conhecimento o mais profundo possível da área, conhecendo o funcionamento das estruturas, da vida comunitária, dos percursos, das idades, das infra-estruturas de apoio existentes, da qualidade e utilidade dos espaços públicos e acessibilidades. Com efeito, tudo se acrescenta no sentido de clarificar as dinâmicas quotidianas dos seus habitantes e de como tornar esta área e esta população num elemento activo da cidade.

Para além da realidade social do lugar, deve ter-se um conhecimento profundo da realidade física, identificando quais são os elementos que constroem o património e a identidade do lugar, sejam monumentos ou representações anónimas. Desta forma, é importante conhecer a realidade habitacional e as suas necessidades, com fim de se obter soluções ajustadas. Estas áreas antigas caracterizam-se por assimetrias, com casas abandonadas e casas sobrelotadas, num tecido degradado física e socialmente. Como tal, deve proceder-se a um conjunto de estudos com intuito de ficar a conhecer a reais condições de habitabilidade, quer a nível do estado físico do tecido edificado e da sua adaptação às formas de vida actuais quer a nível de quantidade, ou seja, quantos fogos estão livres ou não aproveitados.

As áreas históricas ajudam a construir o conceito de património, pois são um conjunto de impressões de marcas de sociedades e culturas passadas mostrando-se, muitas vezes, inadaptados aos modos de vida actuais. Nesse sentido, para que estes não terminem no abandono ou no desaparecimento, é necessário intervir, numa tentativa de os conservar e de os dotar de mecanismos de adaptação à cidade – a Reabilitação. Esta intervenção, multidisciplinar e estratégica procura chegar ao equilíbrio entre o passado e o presente, reconhecendo as diferenças e semelhanças entre os diferentes tempos e tentando propor usos que sejam um compromisso entre os requisitos próprios de cada época.

### **3.2.2 - A memória ao serviço da contemporaneidade - Casa da Escrita**

A Casa da Escrita, também conhecida por Casa do Arco está situada na Alta de Coimbra, numa zona consolidada da cidade, pautada por ruas exíguas e sinuosas e de carácter habitacional. O projecto consiste na reabilitação do edifício que data do século XVI, outrora residência do escritor João José Cochofel. Este lugar possui um passado fortemente ligado à literatura, passando nomes como Fernando Namora, Joaquim Namorado, Carlos Oliveira, Rui Feijó, Eduardo Lourenço e Afonso Duarte, nascendo ali muitas das suas obras; foi também a redacção das revistas Vértice e Altitude. Tomando como mote esta herança, o edifício é reafirmado como um espaço

predominantemente destinado à escrita e aos livros, através de uma estrutura flexível que permite inúmeros usos que se torna visível pela depuração dos espaços, anteriormente residenciais. Nesse sentido, apesar de ser mantido o carácter orgânico da distribuição espacial, é introduzida uma certa racionalidade a nível de acessos e de infra-estruturas técnicas, procurando responder às novas necessidades.

O programa alberga uma biblioteca e uma série de actividades complementares, como uma livraria, reforçando os espaços de escrita, de leitura, de pensamento e de discussão de ideias, como refere João Henriques<sup>60</sup>. No lado sul do piso térreo situam-se três novas valências – os acessos verticais, a cozinha e as instalações sanitárias - que se relacionam entre si, encerrando-se num volume de madeira independente e que se dispõe pelo espaço. Ainda neste piso tem-se a entrada principal e a livraria que se configura através de estantes móveis, podendo funcionar igualmente como espaço expositivo.

Por sua vez, o primeiro piso alberga a biblioteca, cuja parte da colecção pertenceu a João José Cochofel, auditório, sala de refeições e uma residência temporária para um escritor que ali se queira instalar, participando nas actividades da Casa da Escrita e enriquecendo a biblioteca com a sua obra aquando da sua estadia. No piso superior situa-se o salão nobre e a parte em sótão é utilizada para salas de trabalho e um arquivo aberto. Ao longo de toda a casa, é notória a procura de um diálogo comum, pelos ambientes claros e simples que se ajustam às características específicas de cada espaço.

A Casa da Escrita possui também um jardim, que é referido inúmeras vezes pelo escritor proprietário e pelos seus companheiros enquanto espaço vital da casa. Deste modo, esta área procura prolongar e enriquecer as actividades do interior do edifício, sendo também ela um espaço de estímulo à escrita, leitura e troca de ideias. No entanto, apesar destas funções serem claras, o edifício pretende afirmar-se como um espaço aberto direccionado para a escrita e para a literatura, mas onde toda a comunidade pode participar, funcionado como um serviço social alargado a todos os extractos sociais e com as restantes formas de expressão artística.

---

<sup>60</sup> HENRIQUES, João, *O que foi quer continuar a ser na Casa da Escrita in* DC MAGAZINE, Diário de Coimbra, 2010-11-25 [Consultado a 23 de Novembro de 2011]. Disponível em [http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10083&Itemid=135](http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=10083&Itemid=135)



Fig. 10 João Mendes Ribeiro, Casa da Escrita, 2010



Fig. 11 *Ibidem*, sala de leitura/trabalho



Fig. 12 *Ibidem*, estante como elemento arquitectónico

### 3.2.3 - Costura urbana - Arquivo Municipal de Toledo

A Igreja de São Marcos fazia parte de um complexo monástico fundado em 1220 e que foi sofrendo ao longo dos tempos inúmeras modificações, com obras de reconstrução durante a segunda metade do século XVI e no século XVII e com a reedificação do claustro no *Settecento*. Por seu lado, a igreja é edificada no *Seicento* e apresenta uma planta rectangular irregular, dividida em três naves e com uma cúpula que encabeça o transepto. No século XIX, o convento é convertido em quartel militar, posteriormente em dependências municipais secundárias e por fim em armazém, acelerando o processo de degradação que conduz à demolição dos últimos vestígios do convento em 1960.

Depois da demolição do convento ficaram descobertas fachadas de pouco interesse e que foram objecto de sucessivas operações de restauro com poucos recursos económicos, no sentido de construir a frente que se volta para a actual Praça do Salvador, denotando sempre a dimensão traumática deste corte abrupto. Numa tentativa de colmatar esta situação é lançado em 1986 um concurso que propunha a reabilitação da igreja e do ambiente envolvente e a criação de um centro cultural. Desta forma procurou-se recuperar o uso social útil deste lugar, quer para os residentes como para os visitantes. O concurso previa, em primeiro lugar, a consolidação do edifício em ruína da Igreja de São Marcos, de modo a possibilitar o seu uso e a apropriação desta como centro cultural. Em segundo lugar, era requerido a implementação do Arquivo Municipal de Toledo, através de uma construção nova, que se desenvolve longitudinalmente em relação à Igreja e se situa no vazio deixado pela demolição do convento, formando a frente da Praça do Salvador.

O arquivo configura-se, então, como uma oportunidade para restabelecer o equilíbrio deste lugar, funcionando como elemento mediador entre a praça e a igreja. Seguindo os vestígios da implantação do antigo convento, o projecto constitui a frente do arquivo voltada para a praça por meio de um muro em betão armado e que se materializa como o embasamento do templo, enaltecendo-o enquanto objecto singular. Porém, esta estrutura é também o elemento que conforma uma sucessão de pátios escavados no edifício que afirmam a ideia de claustro.

O carácter do muro é reforçado igualmente pelo contraste de texturas, o betão liso da construção nova e a rugosidade da alvenaria de tijolo da igreja, mas que dialogam através dos tons terra estruturantes na cidade de Toledo. Todavia, neste muro são abertos ocos que permitem revelar os pátios ou “frestas” de entrada no edifício, constituindo assim um percurso em filtros sucessivos que fazem a transição do exterior para o interior. Na fachada voltada para a praça é criado um



percurso arborizado a dois níveis, que funciona como uma *layer* que estabelece o limite entre o grande muro e a praça. Por sua vez, a entrada principal faz-se pela rua lateral, através de uma “fresta” que leva ao pátio de ingresso e deste ao edifício, através de um percurso onde são visíveis vestígios arqueológicos.

No interior, as salas de arquivo estão distribuídas ao longo dos três níveis do edifício, encerrando-se num volume sólido de betão e associado a um sistema de galerias que estabelecem a ligação entre os vários pisos e a igreja. No piso térreo localiza-se a sala de leitura que possui pé direito triplo. Ao longo do interior do edifício é visível, tal como no exterior, o muro estruturante e que contrasta com a antiga fachada do templo. Os usos complementares ao arquivo localizam-se na parte sudeste do edifício, no extremo oposto à entrada principal e desembocam para um pátio privado.



Fig. 13 Mendaro Arquitectos, Archivo Municipal de Toledo, 2000



Fig. 14 *Ibidem*, Entrada principal do arquivo

### 3.2.4 – Operações no construído

Os exemplos anteriormente descritos representam operações distintas no campo da reabilitação, sendo que o projecto da Casa da Escrita se trata de uma operação dentro dos limites de um edifício e o Arquivo Municipal de Toledo é a extensão de um elemento pré-existente. O primeiro exemplo enaltece a herança do lugar, através da criação de um espaço de produção literária que continue a escrever a história do lugar, mas de uma forma atenta à contemporaneidade. Deste modo, o seu programa vai de encontro com as necessidades actuais, não apenas a nível de modernização técnica das infra-estruturas, como na reflexão sobre como se configura o espaço de biblioteca enquanto local de criação. Com efeito, a colecção da Casa da Escrita pretende enriquecer-se continuamente com testemunhos dos seus utilizadores, transformando-se num espaço dinâmico e, de certa forma, pessoal. O legado físico é igualmente respeitado através de intervenções que procuram dar a ideia de simplicidade, por vezes quase amovíveis, como por exemplo, o volume das infra-estruturas técnicas e as estantes móveis que parecem pousar no espaço pré-existente, configurando-o.

Por seu lado, o caso do Arquivo de Toledo revela-se importante pela sua inserção urbana e pelo respeito que assume perante a catedral adjacente, também ela alvo de reconversão. Perante uma pré-existência tão presente onde é visível uma cicatriz decorrente de uma demolição, o edifício configura-se como costura urbana que reconcilia este tecido da cidade. Este gesto é feito de forma clara e consiste através da configuração de um muro-edifício que forma a base da catedral mas que, ao mesmo tempo, é permeável à cidade.

Estes exemplos distintos atestam a abrangência do campo da reabilitação, seja ele a nível do edifício, através de operações sensíveis à pré-existência, mas que introduzem valores pertinentes na realidade contemporânea; seja a nível da cidade, cerzindo tecidos em zonas aparentemente consolidadas. Em ambos os casos se ultrapassa a conservação física e encerrada sobre si própria por meio de intervenções atentas e que se abrem à realidade contemporânea, seja através de novos programas ou de recuperação do seu sentido urbano. Os projectos procuram reactivar a urbanidade destes lugares com a introdução de funções urbanas e sociais úteis ao património que se torna assim num elemento participativo da cidade.

### 3.3 - Elementos físicos de regulação social: o público e o privado

*O elemento colectivo e o privado, sociedade e individuo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feito de tantos pequenos seres que procuram uma organização e, juntamente com esta, um pequeno ambiente para si próprio mais apropriado ao ambiente geral*

Aldo Rossi<sup>61</sup>

A cidade é feita através da tradução em espaço da dualidade entre sociedade e indivíduo. O ser humano comporta-se de maneira distinta de acordo com o espaço onde se insere, possuindo reacções diferenciadas em relação à casa, ao edifício, ao espaço público e à cidade. Altman e Chemers<sup>62</sup> afirmam que este tipo de comportamento humano está relacionado com o controlo e a posse, seja ela individual ou colectiva, de um lugar ou objecto e tem uma série de funções de natureza física e social, que permitem ou impedem a personalização do espaço. Da mesma forma que o homem varia, sendo colectivo ou individual, o espaço modifica-se de acordo com a sua dimensão, tipo e carácter e divide-se, segundo Altman e Chemers, em três categorias: *espaços primários, secundários e públicos*.

Em primeiro lugar, os territórios primários são espaços significantes unicamente a quem os ocupa e os utiliza, assumindo um papel crucial na vida quotidiana dos seus utilizadores, pelo que quando a realidade física desta ordem falha, repercute-se no bem-estar emocional dos seus agentes. Estes territórios denotam a identidade social pelo que quem não possui este tipo de referentes é, na maior parte dos casos, marginalizado. Exemplo deste tipo de territórios são o quarto, a casa, o local de trabalho, entre outros.

Por sua vez, os territórios secundários são mais abrangentes, e proporcionalmente menos importantes comparativamente com os anteriores, englobando os percursos mais ou menos diários. Como tal, a utilização destes lugares não é tão constante, podendo surgir a instabilidade e o conflito social; estão entre o domínio público e o privado e possuem um sentido de apropriação mais limitado com fronteiras que nem sempre são claras. Neste nível, tem-se como exemplos a rua, a associação do bairro.

---

<sup>61</sup> ROSSI, A. (1966). *A Architectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 200. p. 33

<sup>62</sup> ALTMAN & CHEMERS *apud* MARTINS, J.P. *Os espaços e as práticas*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006, pp. 89-94

O terceiro nível diz respeito aos territórios públicos que são caracterizados por uso temporário e pela acessibilidade total, não sendo centrais na vida de quem os usa. São os casos dos espaços públicos urbanos, dos parques, das praias, entre outros. Aliada a esta dinâmica público/privado está o valor que se atribui ao espaço e a capacidade que se tem em actuar sobre, ou seja a questão da responsabilidade. Se no caso do público, a responsabilidade é partilhada por um grupo alargado de pessoas, no caso do espaço privado, ela diz respeito a um indivíduo ou a um pequeno grupo. Todavia, esta divisão não pode ser encarada de forma rígida dado que os próprios extremos se contaminam mutuamente.

Com efeito, este sistema é constituído por diversos níveis de privacidade, como afirmam Altman e Chemers<sup>63</sup>: *a privacidade é um processo dinâmico de regulação da fronteira interpessoal (interpersonal boundary), através do qual os indivíduos ou os grupos regulam a sua interacção com os outros*<sup>64</sup>. Este conceito é o limite mediante o qual o homem, individual ou colectivo, se deixa interpenetrar, ou não, pelo outro, sem que, no entanto, perca a sua identidade ou a sua auto-estima. Para controlar a privacidade, o homem possui uma série de comportamentos, que ora permitem que este se abra, ora que se encerre em relação aos outros indivíduos.

Na verdade, *o espaço é uma extensão tridimensional do mundo: intervalos, relações e distâncias entre pessoas, entre pessoas e coisas e entre coisas*<sup>65</sup>. Assim, a realidade veicula relações humanas e das características que estas adquirem, ou seja, a distância, os intervalos e a profundidade das experiências que partilham, o espaço adquire o seu carácter.

A regulação dos níveis público/privado faz-se entre exterior/interior, mas também dentro do próprio edifício, através dos vários níveis de acessibilidade, ou seja, por uma sensação de passagem de uma realidade para outra, onde são estimulados outro tipo de comportamentos. Esta multiplicidade constrói-se através de um conjunto de mecanismos espaciais que formam as fronteiras entre os diversos campos e entre elas restam intervalos que abrem inúmeras formas de apropriação. Estes elementos possibilitam uma transição menos rígida entre público e privado e aproximam estas duas esferas, promovendo o contacto entre utilizadores.

Hertzberger aponta um conjunto de dispositivos arquitectónicos que veiculam estes limites, atestando a importância da escala humana. Estes mecanismos são reconhecíveis ao longo da cidade,

---

<sup>63</sup> *Ibidem*. pp. 89-94

<sup>64</sup> MARTINS, J. P. *Os espaços e as práticas*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006, p. 87

<sup>65</sup> RAPOPORT, A.; RAMIÓ, J. *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. p24

especialmente nas áreas onde esta se encontra consolidada e que são formadas pela sucessão de experiências revelando um profundo cunho humano. A diminuição das densidades de construção e dos habitantes por casa, associados ao crescente individualismo acabam por anular o espaço urbano como extensão comunitária do edifício.

### 3.4 - O espaço comunitário

A “identidade” pode definir-se como o conjunto de aspectos que conferem um carácter único ao lugar e está muitas vezes associado a um sentido de territorialidade e de pertença. Assim, os seus utilizadores somam ao espaço o seu cunho, reflectem nele os seus valores, as suas crenças e demonstram os limites; o espaço é, assim, um prolongamento do indivíduo.

No entanto, este sentimento não se constrói indefinidamente em todos as ordens espaciais; o lugar não pode ser excessivamente “público”, uma vez que o sentido de colectividade acaba por se sobrepor ao indivíduo. Como defendem Altman e Chemers: *o que foi negado à colectividade poderia ter sido a contribuição de cada morador da comunidade*<sup>66</sup>. Por outro lado, a virtualização e efemeridade do espaço e das relações que nele ocorrem provocam mutações no sentido de território, que se torna menos constante e mais adaptável.

Com efeito, quanto mais o espaço incorporar a dimensão humana, quer na sua escala quer nas suas actividades, maior será a sua capacidade de apropriação. Esta possibilidade não se dá em todos os lugares e remete para uma dimensão pública utilizada por um grupo mais ou menos determinado, ou seja, numa escala intermédia entre o colectivo e o individual e onde se insere a dimensão comunitária. Herman Hertzberger aponta a importância de manter proximidade social para a definição da identidade do lugar, tornando os seus utilizadores em agentes activos na definição do próprio espaço. Como tal, Hertzberger debruça-se sobre a questão da gestão do espaço, afirmando que quando este atinge grandes proporções ou complexidade e deixa de ser possível de gerir pela comunidade, cria-se um distanciamento entre os interesses económico-burocráticos da “gerência” e as reais necessidades da população.

Hertzberger defende que *a razão pela qual os habitantes da cidade se tornam estranhos em seu próprio ambiente de vida é porque o potencial da iniciativa colectiva foi grosseiramente*

---

<sup>66</sup> HERTZBERGER, Herman(1991). *Lições de Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 47

*superestimado ou porque a participação e o envolvimento foram subestimados*<sup>67</sup>. Nesse sentido, os espaços comunitários são importantes para o estabelecimento de um certo equilíbrio entre as dimensões extremas da sociedade actual. Para isso, a distribuição de responsabilidades deve ser incentivada, com a participação activa de cada indivíduo, a fim de procurar responder às suas necessidades e permitir que este se identifique com o espaço. Desta forma, o homem ao participar no espaço acaba por se tornar menos *blasé*<sup>68</sup>.

Este tipo de espaço deve ser um meio-termo, simultaneamente público e privado, que pode conter diversos níveis de um e outro e em níveis variáveis; é o estágio que concilia o colectivismo e o individualismo, onde se pode ser “um eu em contacto com os outros”. Hertzberger afirma que neste processo o usuário habita o espaço<sup>69</sup> formando-se uma espécie de casa colectiva, importante para promover o equilíbrio entre a esfera mais privada e o total anonimato da cidade. Ao possibilitar esta transição, a realidade física do dia-a-dia ganha uma maior capacidade de apropriação, possibilitando-se a (re)estabelecimento da identidade destes lugares.

### 3.4.1 – O edifício como cidade - Orfanato de Amesterdão

No que diz respeito às questões da transição público/privado e da dimensão comunitária considera-se importante referir o caso do Orfanato de Amesterdão, de Aldo Van Eyck, que procura estabelecer a reflexão entre os níveis de interacção dos conceitos anteriormente referidos. Aldo Van Eyck integrou o Team X e na sua arquitectura são visíveis a busca do sentido comunitário e dos princípios sociais do espaço, contrastando com a ideologia mais funcionalista da Carta de Atenas. Como afirma Alison Smithson: *our hierarchy of associations is woven into a modified continuum representing the true complexity of human associations ... we are of the opinion that a hierarchy of human association should replace the functional hierarchy of the Carte d'Athènes*. Grande parte das inquietações de Van Eyck encontra-se sintetizada na obra do Orfanato de Amesterdão. O projecto consiste num de um orfanato para albergar 125 crianças e procura estabelecer o compromisso entre diversos pólos: a casa e a cidade, o contemporâneo e o tradicional, o singular e o plural, o concêntrico e o policêntrico, o público e o privado.

---

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 47;

<sup>68</sup> Georg Simmel refere a atitude blasé como um dos traços caracterizadores do homem na cidade moderna (ver 2.3.2)

<sup>69</sup> HERTZBERGER, H. *op cit.* p. 28

O processo de entrada no edifício contraria a entrada institucional do grande edifício público que muitas vezes consiste em *penetrar na massa do edifício, subindo a escadaria e entrando pela grande porta*<sup>70</sup>, como afirma Van Eyck, fazendo com que a entrada do orfanato seja precedida por uma praça de transição entre o exterior e o interior. Por seu lado, a organização das valências foge também aos habituais dormitórios com as grandes zonas comuns, estruturando-se em 8 “casas”, departamentos semi-autónomos, de acordo com as idades das crianças. Estas áreas são conectadas através de uma rua interior que se ramifica e que permite às crianças interagirem umas com as outras, funcionando como espaço intermédio.

A rua traz os materiais do exterior para o interior, fazendo a transição entre ambientes. Com este gesto, Van Eyck pretende que este espaço possibilite o mesmo tipo de comportamentos e de movimentos das crianças quando estão no exterior. Para além dos materiais, a luz artificial remete-nos também para a iluminação de rua. Por outro lado, o pátio assume-se como um elemento fulcral que se estrutura a partir da rua interior e das “casas”, uma vez que ambos lhe dão acesso. O edifício possui 3 pátios que funcionam como salas exteriores, onde se está simultaneamente fora e dentro. Interiormente o tecto é ritmado por cúpulas, que são maiores nas zonas dos departamentos e criam a sensação de *espaço dentro do espaço*. Por sua vez, as paredes dos departamentos caracterizam-se pela flexibilidade, ora se abrem ora se encerram, contrastando a nível material com a dureza da rua interior.

No orfanato, Van Eyck utiliza um conjunto de dispositivos que permitem tornar os limites entre espaços mais flexíveis e que contrariam o esquema tradicional deste tipo de equipamentos. Com este esquema, possibilitam-se novas vivências aos seus habitantes que têm naquele edifício a sua casa, o seu bairro, a sua pequena cidade.

---

<sup>70</sup> *the concentrated institutional building that says: get into my bulk up those steps and through that big door there* LIGTELJN, V. *Aldo Van Eyck Works*. Berlim: Birkhauser Publishers, 1999. p.88



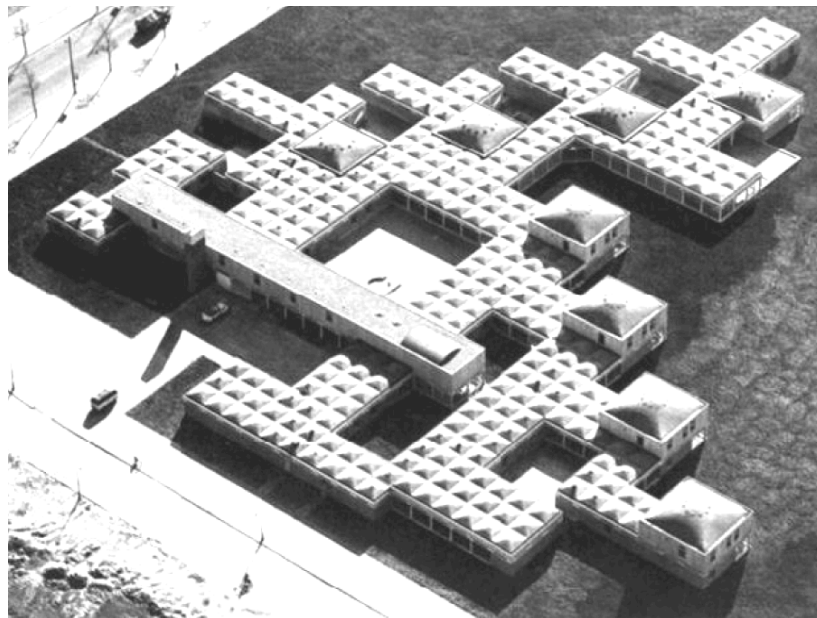


Fig. 15 Aldo Van Eyck, Orfanato de Amsterdão, 1956-1960



Fig. 16 *Ibidem*, pátio principal

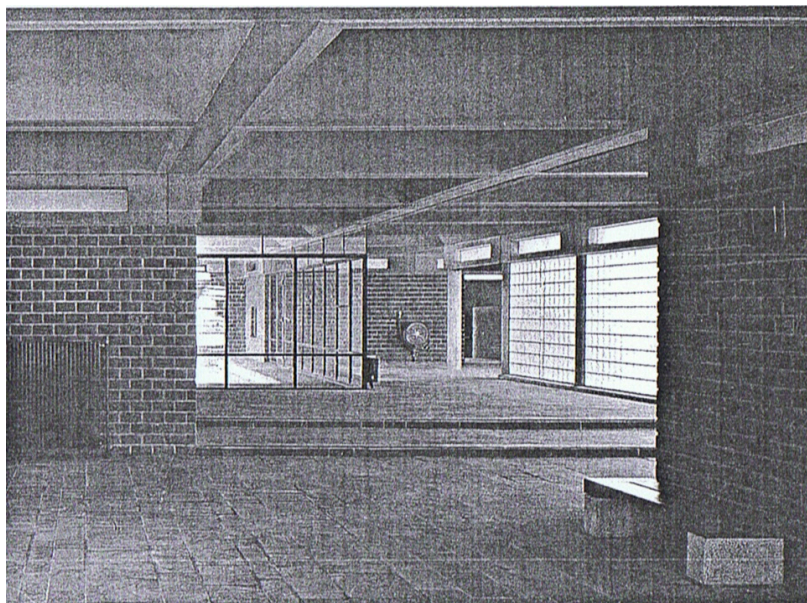


Fig. 17 *Ibidem.* rua interna

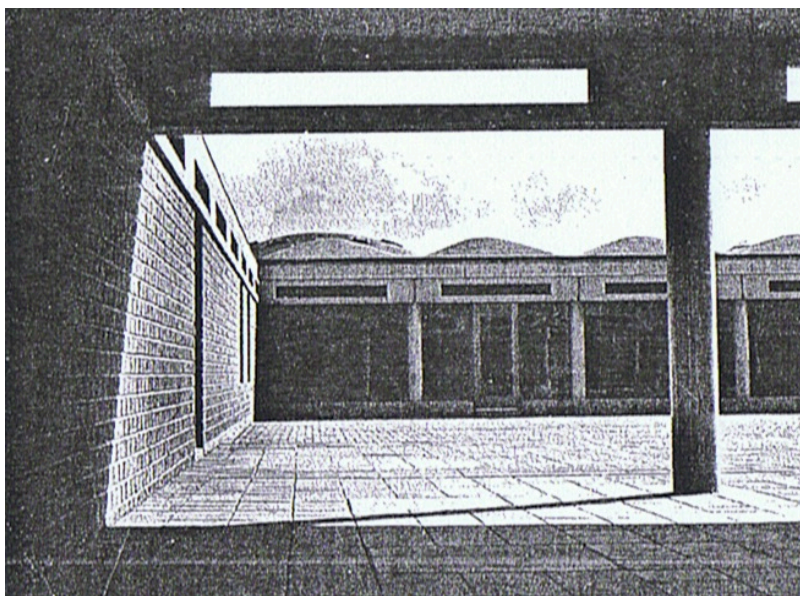


Fig. 18 *Ibidem.* galeria



#### 4 - PROJECTO: CENTRO DE PROXIMIDADE DE BELÉM

No capítulo anterior procura apontar-se as características gerais dos tecidos urbanos consolidados e os seus problemas na realidade actual, bem como definir-se um conjunto de directivas no âmbito de uma estratégia de reabilitação para estes mesmo lugares. Para além da questão do tempo, incorpora-se a dimensão social, uma vez que se verifica nestas zonas um modo de vida pautado pela familiaridade e por uma consciência colectiva. Assim, reforça-se a importância da dimensão comunitária que em ligação com as estratégias de recuperação destas zonas pode contribuir activamente para o sucesso e coesão da intervenção.

O presente capítulo diz respeito ao projecto de um centro de proximidade para Belém, situado na Rua da Junqueira e que se desenvolve num edifício pré-existente, o Palácio dos Marqueses de Angeja, mas também na área entre este e a Avenida da Índia com a introdução de um novo edifício que alberga funções comunitárias e complementares ao palácio, actualmente a Biblioteca Municipal de Belém.

##### 4.1 - O Lugar da Junqueira

*A Junqueira é uma rua muito extensa, que tem de uma banda: um areal, muitas árvores e um casarão muito comprido, pintado de amarelo; e da outra: um chafariz com uma coroa, várias casas apalaçadas e algumas quintas com grades na frente.*

Mário de Sampaio Ribeiro, 1939<sup>71</sup>

A Rua da Junqueira corresponde à anterior Estrada para Belém e o seu nome *Junqueira* é conhecido, pelo menos, desde o início do século XIV<sup>72</sup>, crê-se que para designar aquela área suburbana, na altura, da cidade de Lisboa. No entanto, no final de setecentos, zona encontra-se urbanizada e o rio<sup>73</sup> estava já seco artificialmente. O percurso dividia-se inicialmente em duas

---

<sup>71</sup> RIBEIRO, Mário de Sampaio. *Do Sítio da Junqueira*. Lisboa: Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 6

<sup>72</sup> *Ibidem*. p. 10

<sup>73</sup> o actual Rio Seco era o lugar de confluência das ribeiras de Sacota e Almotive e foi extinto de forma artificial.

partes, como refere Mário de Sampayo Ribeiro<sup>74</sup>: *a rua direita da Junqueira*, que ia do Altinho até ao largo de Belém, que ganhou carácter sobretudo com a abertura da Calçada da Ajuda; e a *rua da Junqueira*, entre o Altinho e Santo Amaro, correspondendo ao tradicional *sítio da Junqueira*.

Esta área surge no século XVI como parte integrante da Quinta das Caldas, propriedade de Dona Joana de Albuquerque, que ia desde a actual Calçada da Boa-Hora, a nascente, até ao forte de S. Pedro da Pólvora, também conhecido como forte da Estrela, a poente. Deste modo, a família de Saldanha e Albuquerque ao ser detentora de grande parte desta área, condicionou o desenvolvimento da cidade para ocidente, até 1701 quando D. João de Saldanha e Albuquerque obtém a licença para aforar a sua propriedade, tendo em vista torná-la mais rentável e de maior utilidade pública. É a partir deste momento que a Junqueira perde o seu carácter rural com as hortas e quintas de recreio e se começa a estruturar enquanto bairro aristocrático, através de uma sucessão de solares, palácios e quintas de recreio no lado norte que se voltam para o rio Tejo, como refere Mário de Sampayo Ribeiro: *com amplas varandas, miradouros sobre o Tejo e os montes da margem de Além*.

Todavia, a qualidade da Junqueira foi-se perdendo quando se construiu a *grande casa amarela*<sup>75</sup> i.e. a Cordoaria Nacional, do lado sul da rua, bem como com os sucessivos aterros, no século XIX, para o desenvolvimento do porto de Lisboa que foram progressivamente afastando a rua do rio, retirando-lhe muito do seu carácter. Com a perda de qualidade ambiental e a ruína de algumas famílias, estas casas nobres vão sendo abandonadas e tomadas pelo Estado, que incita igualmente novos projectos, como o Hospital Egas Moniz, o Instituto de Higiene e Medicina Tropical e a Associação Industrial Portuguesa.

Ao longo deste percurso salientam-se alguns edifícios notáveis, palácios que possuem geralmente 2 a 3 pisos e uma varanda mirante sobre o rio no piso nobre, configurando-se como vestígios dos tempos aristocráticos pelos quais atravessou a *Rua da Junqueira*, são eles: o Palácio Pinto Basto, na esquina para a Calçada de Santo Amaro; o Palácio dos Condes da Ribeira Grande, que albergou as Escolas Secundárias Rainha D. Leonor e, posteriormente, Rainha D. Amélia; o Palácio Burnay, hoje parte das instalações Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, no piso térreo, e do Instituto de Investigação Científica Tropical, no piso nobre; Palácio do Conde da Ponte que actualmente alberga a Administração do Porto de Lisboa e cujos jardins desapareceram, em parte para a construção do Instituto de Higiene e Medicina Tropical e de pavilhões do Hospital

---

<sup>74</sup> RIBEIRO, Mário de Sampayo. *op cit*, pp. 6-7

<sup>75</sup> *Ibidem*, p.6;

Egas Moniz; o Palacete Pessanha; os Pavilhões Neogóticos situados nos terrenos do Hospital Egas Moniz que faziam parte da antiga cerca da quinta do palácio da Ega, erigidos em calcário branco e de planta quadrangular e funcionavam como prováveis mirantes; a Quinta das Águias; o Palácio Lázaro Leitão, hoje, a Universidade Lusíada; o arco que dá para a Travessa dos Algarves, que servia de abrigo aos algarvios que embarcavam as galeotas e escaleres do rei e o Palácio do Marquês de Angeja, entre outros prédios urbanos anónimos. Actualmente é ainda reconhecível o carácter nobre da Rua da Junqueira através dos palácios e casas antigas que permaneceram e que vão convivendo com edifícios posteriores constituindo um percurso heterogéneo a nível funcional, habitacional e tipológico.

Todavia, apesar das qualidades reconhecíveis, esta zona possui um conjunto de problemas que lhe retira parte do seu potencial. Em primeiro lugar, a falta de conexão com o rio, iniciada com a construção da Cordoaria Nacional, acentuada pelos sucessivos aterros e pela implementação da linha férrea que afastam a cidade do Tejo. Os acontecimentos referidos, entre outros, provocam a sensação de distância entre o rio e a cidade, formando-se duas faixas quase independentes - a malha urbana consolidada e a margem do rio - com escassas conexões entre si e separadas pelo percurso ferroviário. Por um lado, a frente ribeirinha que funciona limítrofe do tecido urbano revela-se pouco permeável sendo difícil a sua transposição, quer pelas dimensões dos equipamentos que alberga, quer pela escassez dos percursos transversais, funcionando como um elemento de quebra entre a cidade e o rio. Por outro, a marginal parece estar separada da cidade, denotando falta de equipamentos públicos e de tratamento dos seus espaços urbanos.

Outra questão comum a grande parte da cidade consolidada e que se encontra na Rua da Junqueira é o congestionamento automóvel que invadem desordenadamente o espaço público. Trata-se de uma parte particular da cidade de Lisboa, pela carga histórica que acarreta e pela situação geográfica à beira rio, características essas que são interdependentes, sendo que a localização delineou, muitas vezes, os contornos específicos dos factos históricos. A proximidade com o rio e a carga memorial constroem a identidade deste lugar através do património edificado e de um sentimento lúdico que remonta às quintas de recreio e à ideia do percurso de lazer. O carácter de recreio traduz-se hoje em espaços verdes e em equipamentos culturais de grande importância como o Mosteiro dos Jerónimos, o Centro Cultural de Belém, o Museu da Electricidade, atraindo pessoas, especialmente turistas.



Fig. 19 Rua Direita da Junqueira com o Palácio da Ribeira Grande seguido pelo Palácio Burnay





Fig. 20 Rua da Junqueira actualmente



## 4.2 - Cidade Sobreposta: estratégia urbana

Tendo como contexto a complexa Rua da Junqueira e a frente ribeirinha, o exercício projectual insere-se numa estratégia urbana que tem como fim potenciar a ligação da cidade ao rio, entre a zona de Belém e Alcântara, mais propriamente entre o jardim de Belém e o actual Centro de Congressos. Para tal, identificam-se três extractos urbanos que hoje parecem independentes entre si, mas que se devem contaminar: a *cidade habitada* i.e. o tecido urbano consolidado, com limite no lado norte da Junqueira; a *cidade dos museus*, com os grandes equipamentos, entre a Junqueira e a Avenida da Índia; a *cidade ribeirinha*, a área referente às margens do rio.

A conexão de Lisboa com o Tejo deve ser feita a vários níveis, tais como: a nível visual, através de um sistema urbano que potencie as vistas especialmente sob o Tejo, potenciando-o como horizonte (Fig.9); a nível físico, com a reabilitação do tecido urbano através da conservação da imagem e do património da área, mas também através da introdução de novas valências que possibilitem os modos de vida actuais; a nível de acessibilidades, com a recuperação e aumento das passagens da cidade para o rio, associando-as a outros usos, com o reordenamento do tráfego automóvel, diminuindo a sua intensidade na margem ribeirinha e melhorando o estacionamento e as redes de transporte público; a nível funcional, potenciando os usos de lazer, cultura e habitação, a investigação, a educação, o apoio comunitário, o desporto e o turismo. Com efeito, é criada uma rede de valências que se relacionam mutuamente e que pretendem estabelecer uma dialéctica quer com a cidade, quer com uma certa ideia unitária de frente ribeirinha, com o seu carácter “especial”.

No sentido de potenciar uma relação entre as partes e destas com o rio é criado um plano de nível com a Rua da Junqueira e elevado em relação à Avenida da Índia, formando um pódio que se aproxima visualmente do rio e, ao mesmo tempo, se distancia do movimento da Avenida da Índia. Este novo plano pretende constituir-se como espaço público que vem na continuidade da cidade consolidada e estabelece a ponte, ora visual ora física, com a frente ribeirinha. Com efeito, este plano horizontal é constituído por um conjunto de pódios que se assumem como um sistema de espaços públicos, de novos usos, de percursos e lugares de permanência e que procuram “olhar” o rio. A nova *layer* agrega igualmente usos a nível vertical e, no limite, torna-se na margem do rio aquando da subida do nível das águas até à conquista da actual frente ribeirinha. O actual nível térreo pode albergar parte dos programas criados no *plateau*, mas também ser utilizado como parque de estacionamento, limitando o uso do automóvel nesta zona.

Assim, o primeiro pódio conforma-se entre o Centro de Congressos de Lisboa e a criação da extensão da Orquestra Metropolitana assemelhando-se a uma praça elevada que conduz para uma área desportiva na margem do Tejo. Por sua vez, na Rua da Junqueira reabilitam-se os edifícios em risco, demolindo-se em alguns casos limite por não conterem valor patrimonial e simultaneamente por estarem em estado de degradação considerável; são criados novos equipamentos como PCL- Pólo Criativo de Lisboa, um espaço dedicado à produção, exposição e ao comércio artístico e que contém ateliers, salas de trabalho, auditório, teatro, cinema, salas de ensaio, oficinas, estúdios de música, espaços de aluguer, zona de exposição e residências temporárias. Do seu lado oeste está a Cordoaria Nacional que passa a conter o uso, já planeado pelo Ministério da Cultura, de Museu Nacional de Etnologia e Arqueologia, sendo alvo de uma operação de reabilitação com o intuito de responder às necessidades específicas do programa destinado.

Do lado oposto da Cordoaria surge um outro pódio, sendo criadas residências para estudantes e o Gabinete de Informação e Contacto com a Cultura, um equipamento destinada a difundir a cultura portuguesa. Com o objectivo de fazer a transição entre usos é criada uma pequena praça que anuncia o Museu de Etnologia. Neste plano elevado existe igualmente uma passagem para a margem que alberga no outro extremo um ponto de aluguer de bicicletas.

O último *plateau* situa-se entre o anteriormente descrito e o Museu dos Coches, contendo a Biblioteca Municipal de Belém / Centro de Proximidade, e um hotel de pequenas dimensões que se encontra disseminado por diversos edifícios e conjuga a tipologia de quarto e de apartamento. O equipamento comunitário e o turístico estão conectados através de uma passagem, permitindo percursos simultâneos a níveis distintos.

Estes planos conectam-se com a margem do Tejo através de elementos que funcionam como pontes habitáveis, que terminam em pequenos equipamentos de apoio à zona ribeirinha. A Avenida da Índia esta é mantida como eixo de circulação acompanhado por um filtro verde que protege o tecido próximo do tráfego automóvel. Por outro lado, são reforçados mecanismos alternativos, através da criação de parques de estacionamento e da diminuição do automóvel no lado da margem do rio, criando-se corredores de circulação de transportes públicos e induzindo menor velocidade, através do revestimento da estrada a pedra de calçada.

A frente ribeirinha é assumida como lugar de recreio e lazer, potenciando-se os usos desportivos através de campos de jogos, ciclovia e um skate parque; os usos culturais, com espaços permeáveis que podem funcionar como locais expositivos; usos náuticos com o desenvolvimento de estruturas auxiliares à Marina e à estação Fluvial de Belém.



Fig. 21 O horizonte imaginário  
Caspar David Friedrich, *Wanderer in a sea fog*,  
1818  
Óleo sobre tela, 98,4cm x 74,8cm



Fig. 22 Relação entre pólos urbanos:

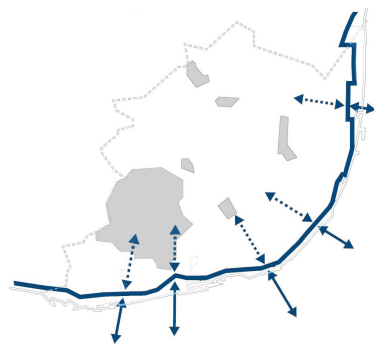


Fig. 23 Relação cidade - rio



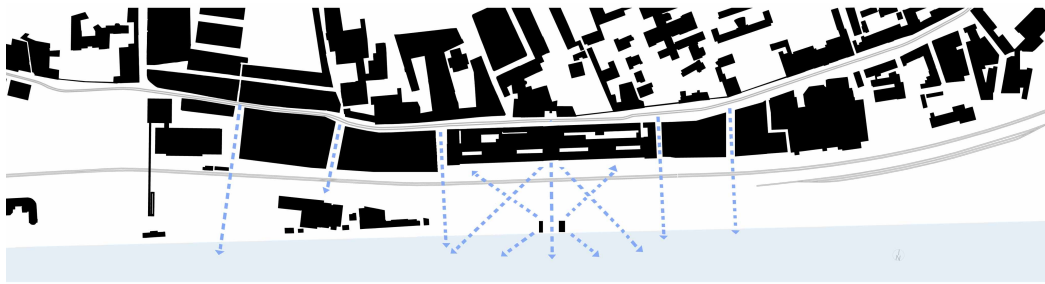


Fig. 24 Sistemas de vistas



Fig. 25 Passagens

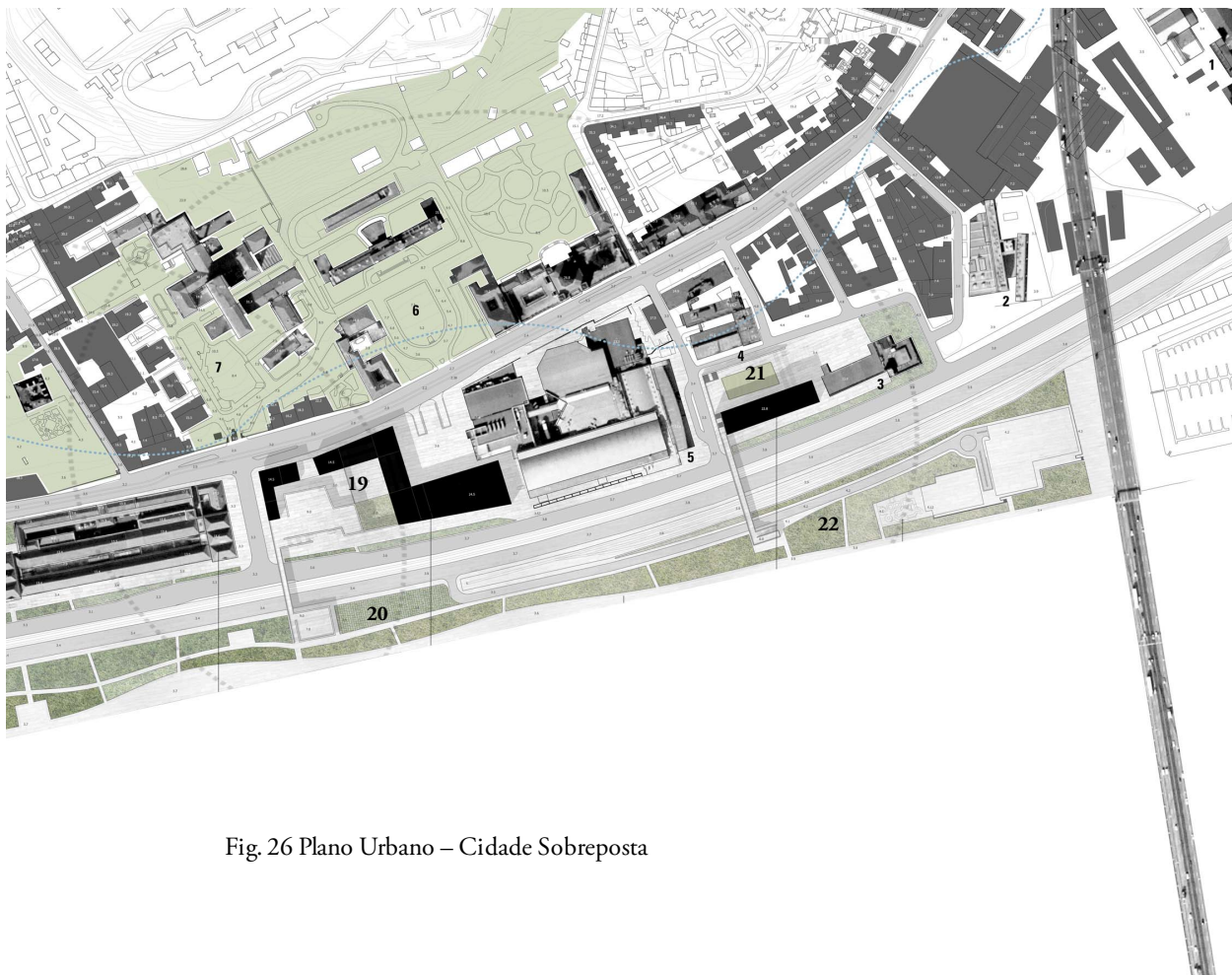


Fig. 26 Plano Urbano – Cidade Sobreposta

### 4.3 - Centro de Proximidade de Belém

#### 4.3.1 - A pré-existência: Palácio dos Marqueses de Angeja



Fig. 27 Vista panorâmica do Palácio dos Marqueses de Angeja na Rua da Junqueira

O edifício corresponde à actual Biblioteca Municipal de Belém e trata-se de um palácio setecentista também conhecido com Palácio dos Marqueses de Angeja, mandado construir por D. Pedro de Noronha, 3º Marquês de Angeja, dada a destruição do seu palácio aquando do terramoto de 1755. O edifício situa-se entre a Rua da Junqueira, a Travessa da Pimenteira e o Largo do Marquês de Angeja. Este último forma-se pela destruição do quintal que ladeava o palácio com o mesmo nome e que continha peças de bronze do forte da Estrela, outrora ali situado e sob o qual este palácio é construído.

Trata-se de uma construção simples de dois pisos cuja fachada é avançada na parte central. O palácio é precedido por um jardim que dá para a Junqueira, abrindo-se também um pátio do lado nascente onde se situa a capela palaciana de modesto alçado neoclássico. A 13 de Setembro de 1758, D. José é vítima de uma tentativa de assassinato em Belém, sendo acolhido na residência do seu amigo D. Pedro de Noronha. Anos mais tarde, o marquês reunia aqui um museu de curiosidades que demonstra o seu espírito enciclopedista e a sua paixão pelas Ciências Naturais. Este edifício devia servir como anexo do seu Palácio do Lumiar que é construído de raiz com finalidades museológicas.

O corpo nascente alberga ao longo dos tempos moradores ilustres como o escritor Almeida Garrett, o bispo Henrique Reed ou o ministro Bernardino Soares, entre outros. Em 1910 é adquirido por José Alves Dinis e transformado em prédio de rendimento, sendo que o piso térreo



alberga o Colégio *Stella Maris*, destinado aos familiares dos pescadores da frota bacalhoeira. Em 1962, o palácio passa a propriedade da Câmara Municipal que o converte em biblioteca em 1965.

Actualmente, a Biblioteca Municipal de Belém está numa zona privilegiada, próxima das escolas existentes na área e a ela acorrem quer os residentes quer população móvel, revelando a heterogeneidade social e, simultaneamente, o carácter de bairro ainda reconhecível na Rua da Junqueira. O seu distanciamento em relação à rua feito pelo jardim torna o palácio numa espécie de retiro momentâneo da actividade da Junqueira. O lado sul tem como pano de fundo o Museu da Electricidade e o Tejo, existindo no primeiro piso um terraço que funciona como local de lazer e de leitura informal. O equipamento dispõe de serviços de leitura, em presença e em empréstimo e também animação cultural. A primeira valência faz-se ao longo das seis salas de leitura, divididas em zona infanto-juvenil, no rés-do-chão, secção de adultos e periódicos. Por sua vez, a animação cultural abrange todas as idades através de exposições temporárias, lançamentos de livros, colóquios, encontros com escritores ou workshops.

Todavia, apesar da sua história este palácio de génese relativamente simples encontra-se descaracterizado. O jardim requer cuidados e ao longo do edifício são visíveis os sinais de alguma degradação. Não obstante aos efeitos do tempo e da falta de manutenção, a biblioteca mantém-se viva pelas pessoas que a utilizam e atestam as suas qualidades intrínsecas enquanto lugar de conhecimento e de refúgio que olha sobre o Tejo.



Fig. 28 *Ibidem*, fachada principal



Fig. 29 *Ibidem*, fachada Sul com o pátio



Fig. 30 *Ibidem*, sala de leitura





Fig. 31 *Ibidem*, pormenor do tecto da cozinha velha



Fig. 32 *Ibidem*, pormenor de conversadeira na cozinha velha



Fig. 33 *Ibidem*, janela na actual mediateca

#### 4.3.2 - Programa para a(s) comunidade(s)

O projecto insere-se na Biblioteca Municipal de Belém, também conhecida como Palácio dos Marquês de Angeja, e a área envolvente que se vira para a Avenida da Índia e consiste na criação do Centro de Proximidade de Belém. O exercício tem como objectivos a reabilitação do edifício histórico, com a sua adaptação a novas funções, conciliando valores patrimoniais e simbólicos com os actuais requisitos técnicos e a criação de uma nova construção, que funciona como extensão do palácio, amplificando o seu programa. Desta forma, são introduzidas valências complementares à biblioteca, mas também novos usos de apoio comunitário, desenvolvendo um equipamento aberto que potencia o acesso à cultura, à formação e à produção numa escala local.

Nesse sentido é importante referir o caso das Idea Stores, um conjunto de infra-estruturas comunitárias disseminadas em bairros de Londres, inseridas num programa municipal, sendo as duas de maior importância da autoria do arquitecto David Adjaye. Estes equipamentos pretendem ser não apenas *modernas bibliotecas locais*, mas também lugares de formação e de educação para todos os membros da comunidade. Apesar de possuir um tronco comum o programa da Idea Stores é ajustado em função do lugar para que possa responder às reais necessidades da população.

A Idea Store de Whitechappel, desenhada por David Adjaye, é o exemplo de maiores dimensões e com o programa mais complexo albergando uma área considerável de biblioteca, com a zona infantil, juvenil, biblioteca virtual e de adultos. Estas valências estão interligadas com salas de aula, zonas de internet, uma sala destinada à prática de medicina alternativas, outra para dança, creche, cafetaria, zona de exposições e zonas técnicas e de acesso (cf A2).

Da mesma forma, o Centro de Proximidade procura funcionar como estrutura complementar da vida quotidiana dos seus habitantes, de estudantes e dos que ali se deslocam em trabalho ou lazer. Como tal, o seu programa inclui a actualização e extensão da Biblioteca Municipal de Belém, mas também um Centro de Formação, com salas de aula para workshops ou cursos, bem como uma sala destinada a aulas de dança ou actividades desportivas de grupo; uma cafetaria; uma tabacaria; um ATL que funciona como complemento da Escola Secundária Marquês de Pombal e do infantário existente na Rua da Junqueira, pela criação de espaços de lazer e de estudo, onde as crianças e adolescentes podem passar os seus tempos fora do horário escolar (figs.33 e 34).



Fig. 34 Inserção urbana e programa geral Axonometria



Fig. 35 Programa do Centro de Proximidade de Belém

#### 4.3.2 - Centro de Proximidade de Belém

O equipamento procura potenciar a urbanidade do lugar com espaços que se conectam com a cidade envolvente, formando percursos, lugares de permanência e de encontro entre os seus agentes. Tomando como mote o conceito de cidade sobreposta afirmado no plano urbano, o projecto tem em conta a posição mirante sobre o rio Tejo, mas procura contaminar esta margem com uma estrutura mais densa, mais reconhecível na cidade a norte a Rua da Junqueira. Este processo faz-se através de um *plateau* elevado em relação à Avenida da Índia e que aproxima a cidade do rio pela sua relação visual e pela sua dimensão pública. No entanto, trata-se de um pódio escavado internamente no qual se criam vazios de sentido mais privado e que servem o edifício.

A ideia do equipamento como tecido urbano é enfatizada na obra de Candilis, Josic e Woods, nomeadamente nos projectos para o centro de Frankfurt e na Universidade Livre de Berlim<sup>76</sup>. É transversal em ambos os casos a ideia de uma aproximação à malha densa que forma grande parte das cidades tradicionais europeias. Nestes exemplos o arquétipo do sistema urbano faz-se por ruas a várias alturas, volumes, pátios que relacionam os diversos usos entre si e ora são públicos ora são privados. Através da reflexão sobre os espaços, Candilis, Josic e Woods procuram recuperar as vivências e as relações entre indivíduos através de uma interligação de actividades e dos domínios público e privado.

Apesar de se situar num contexto histórico e físico distinto e de possuir uma escala menor, o Centro de Proximidade de Belém pretende igualmente configurar-se como um elemento atravessável, uma espécie de “atalho” que estabelece a transição entre a cidade ribeirinha e a que se eleva nas colinas. O projecto constitui-se como uma sucessão de percursos que ora escondem ora revelam a sua condição ribeirinha e que se fazem tanto em sentido transversal como longitudinal, como uma espécie de malha urbana (figs 35 e 36).

---

<sup>76</sup> O caso do centro de Frankfurt (1963) insere-se no âmbito de um concurso para a reconstrução do centro da cidade que fora bastante afectado pela guerra. Tomando como ponto de partida esta premissa, o exercício mostra-se como uma reflexão alargada sobre a estrutura urbana e de como fazer participar na cidade contemporânea o tecido histórico. No caso da Universidade Livre de Berlim (1963) afirma-se a escola enquanto pequena cidade, com espaços colectivos, actividades percursos, zonas públicas e privadas.

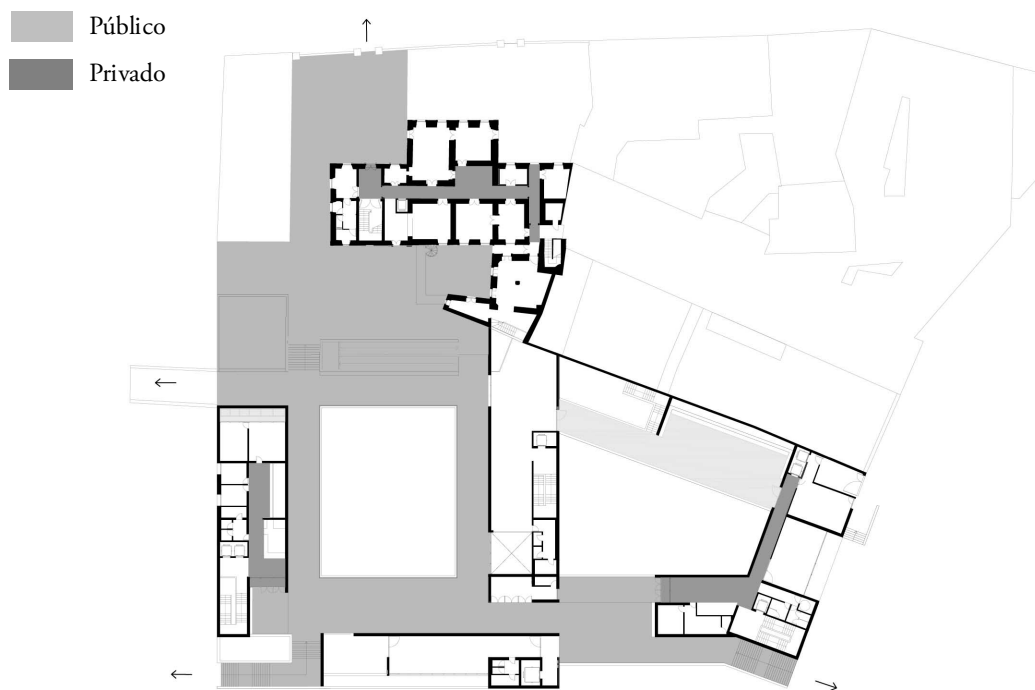


Fig. 36 Percursos piso 1

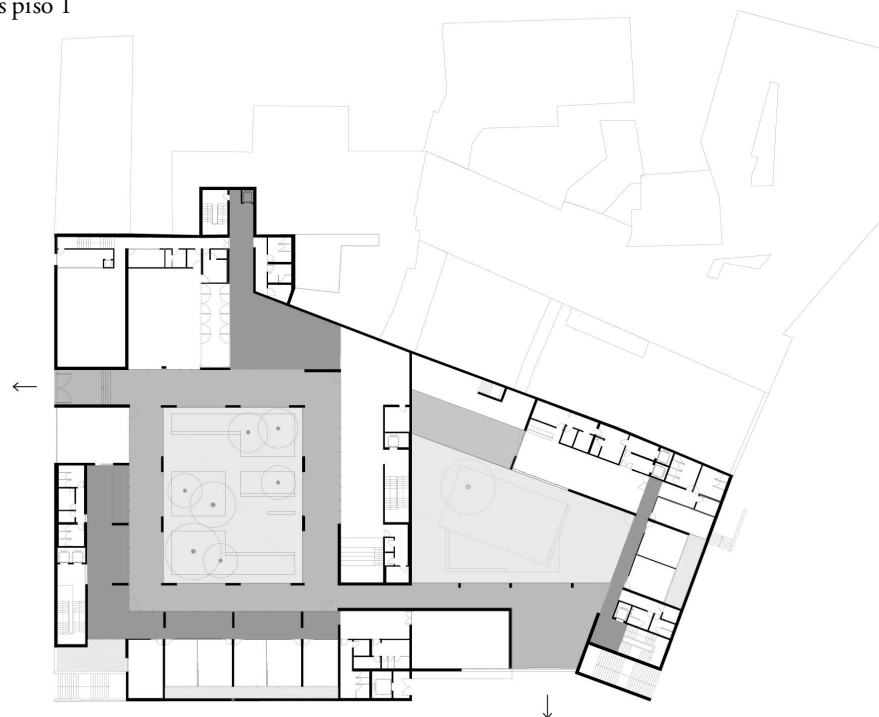


Fig. 37 Percursos piso 0

O edifício procura estabelecer a dialéctica entre a pré-existência e a construção nova de modo valorizar o palácio e mantê-lo como a *cara* da biblioteca municipal. Desta forma, o novo edifício configura-se como uma espécie de embasamento do Palácio Angeja estabelecendo a transição entre este e a Avenida da Índia. Contudo, este pódio está contido entre muros que vão ganhando espessura e albergando o programa, deixando braços edificadas que se conectam com a pré-existência.

O projecto desenvolve-se em dois níveis, o piso 1 de carácter marcadamente público com percursos *através de e para* as diversas valências deste centro, com momentos de dilatação e de estreitamento, que marcam zonas de permanência ou de chegada e de circulação, respectivamente. Dado o sentido público deste nível, para além das entradas para o centro de formação e para o ATL são introduzidos pequenos programas que procuram funcionar como activadores da urbanidade daquele lugar e relacionar-se com a envolvente. Deste modo é criada uma cafetaria mirante sobre o rio, um “quiosque” que é absorvido pelo edifício e também uma lavandaria, que apesar de associada ao ATL possui contacto com a rua. Por seu lado, o piso térreo volta-se para o interior e constitui-se como o plano agregador do equipamento, encerrando-se entre o muro e esvaziando-se internamente com dois pátios comunicantes entre si e com a cidade. O edifício volta-se para estes vazios que possuem sentidos diversos: um mais institucional, que funciona como claustro entre a biblioteca e o centro de formação; outro mais íntimo, entre a biblioteca e o ATL, que alberga um pequeno parque infantil. Estes espaços conectam-se através de uma galeria que percorre o edifício e que se ajusta a estes lugares, pelo que no primeiro pátio procura traduzir a ideia de claustro, como elemento de circulação pautado por momentos de permanência entre *arcadas*; no segundo a galeria torna-se mais informal pela sua forma irregular e a estrutura menos maciça, fazendo a ligação entre volumes. Todavia, o claustro torna-se mais permeável através da abertura de duas passagens opostas e que permitem o acesso a partir da rua e a ligação com outro pátio. Desta forma, estabelece-se um percurso que atravessa diagonalmente este espaço que se volta a estreitar para sucessivamente expandir no espaço exterior do ATL (fig 37).

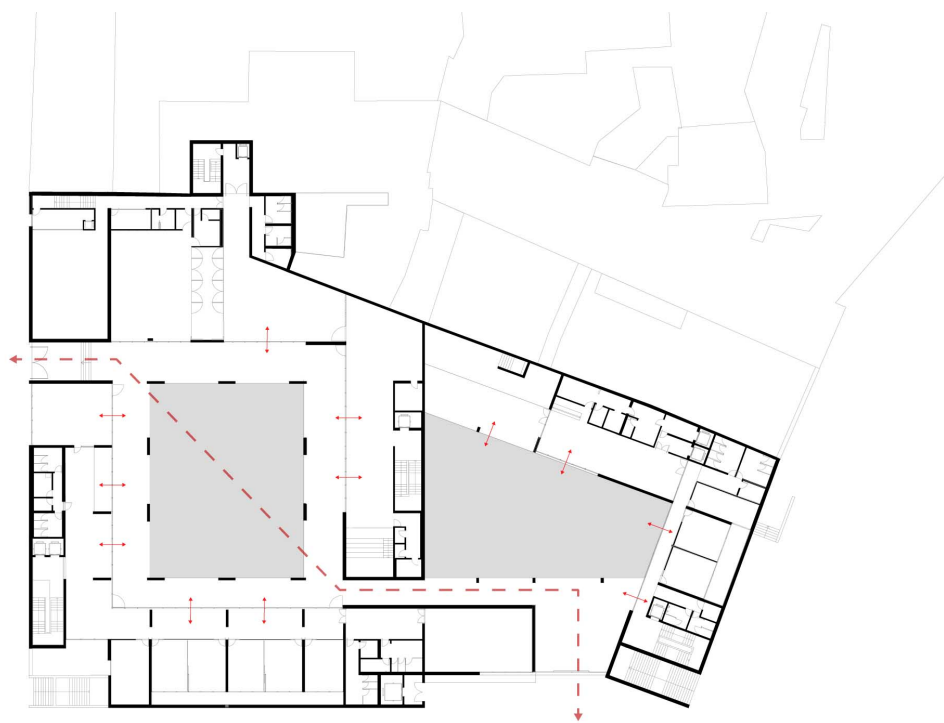


Fig. 38 Sistemas de relação entre pátios

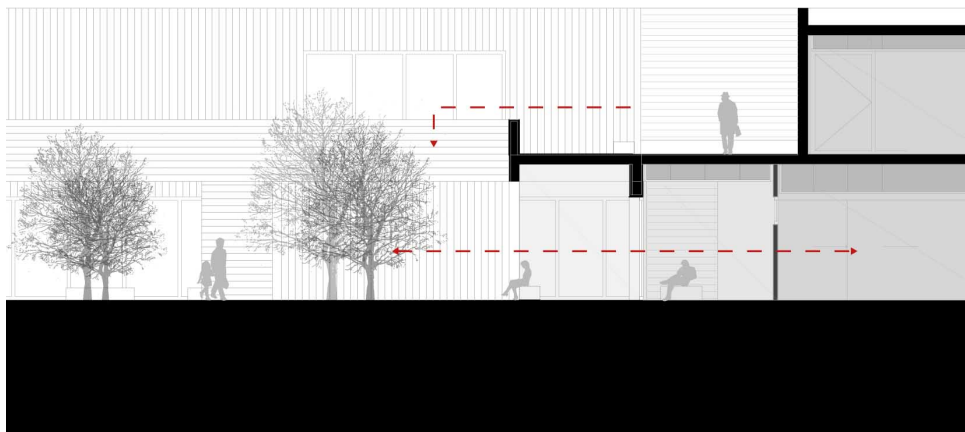


Fig. 39 relação interior exterior do edifício



No edifício do Palácio dos Marqueses de Angeja são conservados os usos de biblioteca com a introdução de funções complementares necessárias ao seu uso contemporâneo. O piso térreo contém a recepção, os acessos, uma livraria que se liga com o exterior e as salas de mediateca que se voltam para o terraço que olha o rio. A organicidade dos percursos é uma característica presente neste palácio, tal como no exemplo de João Mendes Ribeiro, a Casa da Escrita, referida no capítulo anterior. Com efeito, apesar das diferenças espaciais decorrentes dos dois séculos que os separam e da adaptação a novos usos no caso da Junqueira, é reconhecível uma génese doméstica comum, de espaços sequenciais que se vão descobrindo, da questão do terraço exterior como prolongamento do edifício e da lógica material com a qual são constituídos.

Deste modo, a ideia de percursos sequenciais procura ser mantida, pelo que o corredor central que distribuiu para os espaços acaba por conduzir ao elemento novo criado, onde se localizam parte da biblioteca geral e a biblioteca infantil. A transição entre estes dois elementos faz-se através de um espaço abobadado e denso – *a cozinha velha* - que outrora funcionou como refeitório convertendo-se em espaço de leitura informal que dialoga com o terraço.

No piso superior estão situados os gabinetes administrativos e salas de leitura, que na parte sul dão para um pequeno terraço que corresponde à cobertura da *cozinha velha* e que funciona como espaço de leitura exterior apontada para o Museu da Electricidade e para o Tejo. Por outro lado, a ligação com o embasamento é feita pelo novo volume construído ou através de acessos principais que distribuem para todos os pisos. Chegando a este piso semi-enterrado surge a sala de conferências e um espaço polivalente que pode funcionar como pequena área expositiva ou extensão do pequeno auditório. A mediação entre estes dois elementos é feita por um filtro constituído por painéis de madeira e que pode ser contaminado pelas diferentes funções, podendo albergar elementos expositivos ou configurar a entrada na sala de conferências. Situa-se igualmente neste piso os serviços de arquivo da biblioteca e uma entrada para a biblioteca infantil.

O pátio pretende fazer confluir os usos culturais e didáticos num espaço exterior, como uma *grande sala sem tecto*. Assim, este lugar é simultaneamente área de leitura, de sala de aula, ou ainda, lugar para eventos comunitários. De modo a reforçar o carácter apropriável, as fronteiras entre interior e exterior diluem-se através da transparência da fachada interna, por oposição ao muro sólido que o encerra este complexo. Para além disso, são criados momentos de sombra, com laranjeiras, retomando a herança do pátio árabe e instalados equipamentos que possibilitam que convidam à permanência.

O edifício do centro de formação é constituído por salas de aula, workshops, sala de dança e gabinetes de apoio comunitário, promovendo ao mesmo tempo a formação, o apoio social e o lazer. As salas de aula compõem-se como estruturas flexíveis, podendo ser subdivididas ou aumentadas em função das necessidades, voltando-se para o corredor - a rua interna. Este elemento funciona como prolongamento do claustro através da continuidade material e da transparência para o espaço exterior. A rua interior é ritmada pela estrutura que configura bolsas de permanência e zonas de apropriação, para além da circulação. A relação entre níveis é reforçada pela perfuração do piso superior e que origina um espaço de dupla altura na rua interna do piso térreo, conformando-se como espaço informal de trabalho.

#### 4.3.4 - Matéria e lógica constitutiva

A nível material, o equipamento procura afirmar-se como um grande muro de onde surge o palácio, denotando um sentido telúrico. O carácter maciço do edifício é testemunhado pelo uso de betão descoberto onde são deixadas impressões da cofragem de madeira. A direcção destas marcas varia em sentido horizontal, procurando dialogar com a dimensão monumental da Avenida da Índia; em sentido vertical nas ruas transversais, retomando o ritmo e a certa domesticidade dos edifícios envolventes. Por oposição à transparência dos claustros, exteriormente, o edifício é constituído por uma sucessão de planos opacos onde são abertos vãos. Os momentos de entrada nos pátios que provêm da rua são demarcados através de painéis de madeira formados por ripas de igual dimensão às utilizadas no betão.

O muro mergulha pontualmente no interior conformando-se como paredes espessas que contêm infra-estruturas técnicas e acessos verticais (figs.39 e 40). Por outro lado, a aplicação deste material no interior contribuiu para dar um certo sentido “urbano” à rua interior, cujo pavimento é o prolongamento do claustro. Esta transposição do exterior para o interior do edifício é crucial no projecto do Orfanato de Amesterdão, de Aldo Van Eyck<sup>77</sup>, onde os percursos internos funcionam como áreas comunitárias pelas suas amplas dimensões e assemelhando-se a ruas, pelo emprego de materiais que remetem para o exterior. Os espaços das salas de aula e gabinetes representam uma segunda ordem de espaços interiores, de uso mais privado demarcado pelo emprego de materiais mais quentes, como a madeira, os painéis de gesso cartonado e o vidro.

---

<sup>77</sup> ver 3.4.1.

A cobertura funciona como um prolongamento do terraço do palácio, constituindo-se como um conjunto de planos horizontais que seguem a estereotomia dos volumes de betão e onde são abertos poços de luz que iluminam as zonas de acessos, áreas de trabalho e de leitura. Por sua vez, o mobiliário procura associar-se aos elementos arquitectónicos, funcionando, em algumas situações, como tal. Assim, nas salas de leitura, quer no palácio como no edifício novo, as estantes são parte integrante da parede, de onde partem pontos de iluminação. Na rua interior é utilizado equipamento parcialmente em betão e que se assemelha ao utilizado no exterior do edifício.

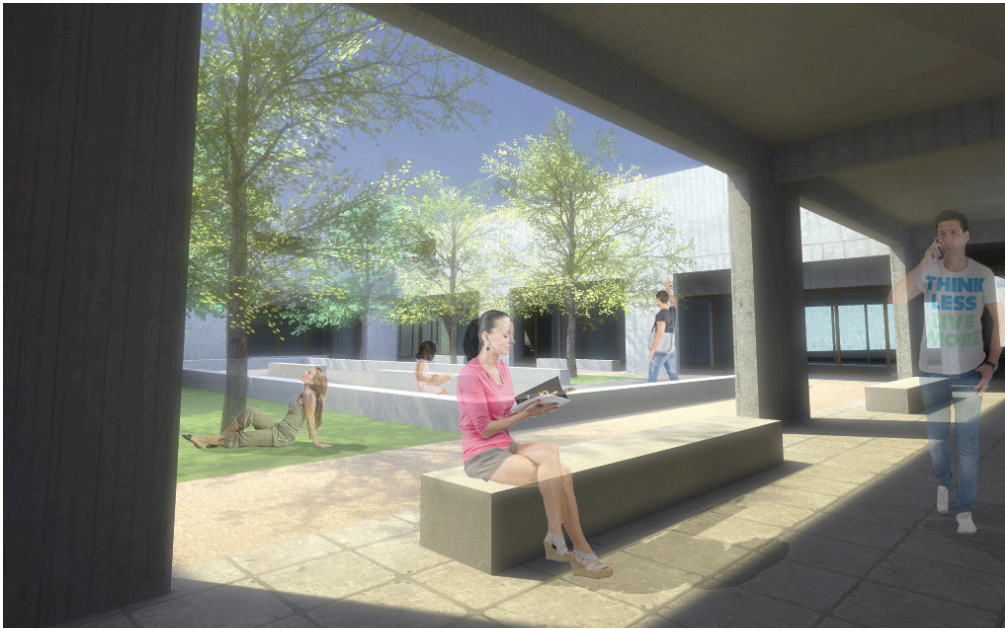


Fig. 40 pátio da biblioteca / centro de formação

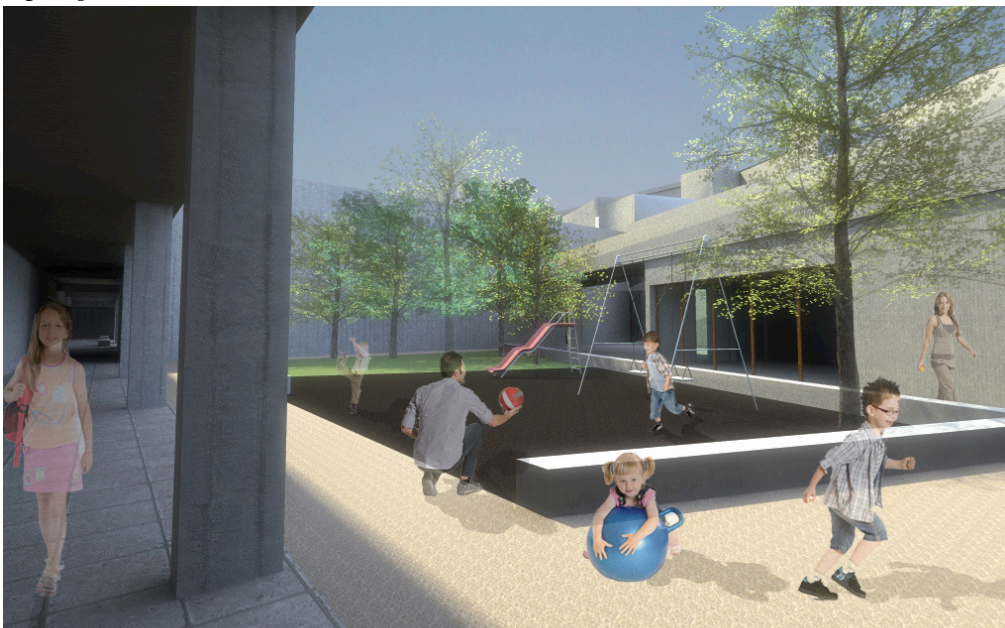


Fig. 41 pátio infantil

O Centro de Proximidade de Belém configura-se, então, como um espaço multifuncional e aberto que se acrescenta ao dia-a-dia dos habitantes da zona, bem como às pessoas que ali trabalham ou estudam ou ainda nas que têm em Belém a entrada diária em Lisboa. Por outro lado, o equipamento toma como mote a memória e a função actual da pré-existência, pelo que a construção nova funciona como complemento das actividades do palácio, estabelecendo a dialéctica entre os diferentes tempos com que é construída esta parte de cidade.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre a cidade contemporânea implica reconhecer a diversidade das situações que lhe dão forma e que correspondem a tempos e culturas distintos. O presente trabalho centra a sua reflexão nas áreas urbanas antigas e de que forma as operações de reabilitação podem revitalizar a dinâmica social destes lugares.

No processo de formação da cidade pode constatar-se uma permanente dualidade entre as noções de antigo e novo, permanente e efémero, público e privado, colectivo e individual. Esta realidade acontece repetidamente no decurso da História, no entanto, hoje surge de forma mais veloz, potenciando as mutações e gerando problemas decorrentes da incapacidade da cidade responder a esses novos dados. As dinâmicas contemporâneas impõem relações transitórias e simultâneas que se repercutem no espaço urbano, cada vez menos espaço de contacto e mais sistema de percursos.

Estes processos ao contactarem com as áreas consolidadas colocam a questão de como estas áreas se ajustam, ou não, à contemporaneidade. Neste sentido, constrói-se uma consciência de salvaguarda das áreas antigas ou históricas como memória de épocas e sociedades distintas que estão na origem das actuais. Este olhar reconhece a qualidade destes lugares, onde muitas vezes é identificável um sentimento de familiaridade dos habitantes entre si e para com o espaço. A cidade contemporânea é, pois, formada por momentos distintos, a várias velocidades, sendo que a sua complementaridade pode minimizar, por um lado, a degradação e a descaracterização das áreas antigas, por outro o crescimento desmesurado das áreas metropolitanas com os problemas a ambos associados. O primeiro capítulo procura, assim, atestar a complexidade da formação da cidade ao longo do tempo que ora se altera ora permanece, com reflexos físicos e sociais.

O segundo capítulo reflecte sobre as operações de reabilitação em zonas históricas, que têm como grandes objectivos: por um lado, a manutenção da identidade, da imagem e do sentido social destas zonas, promovendo a participação dos habitantes ao longo do processo; por outro, tornar as áreas históricas como partes activas da cidade, melhorando as condições de vida das populações e introduzindo novos usos que possibilitem uma revitalização económica, cultural e ambiental. Neste processo, as populações sentem-se responsáveis pelo lugar e podem observar activamente a resposta dada às suas necessidades. O sentimento de proximidade é reforçado pela reabilitação ou criação de espaços colectivos que promovam o encontro e as actividades em grupo e que complementam o quotidiano dos indivíduos, seja a nível lúdico, cultural ou educacional,

capacitando o tecido social de instrumentos exigidos pela vida contemporânea e abrindo-se à cidade. Estes equipamentos afirmam uma condição colectiva semelhante ao espaços urbanos destes lugares que são abertos, mas com capacidade de apropriação.

Assim, procura levantar-se a questão de como reabilitar a cidade antiga e o seu sentido urbano e comunitário, mas também em que medida estes podem constituir o mote para a cidade contemporânea sem, contudo, recriar modelos do passado, aplicáveis a sociedades que não são as de hoje. Neste capítulo acrescenta-se uma perspectiva operativa aos pressupostos do capítulo anterior, caracterizando as áreas antigas da cidade e as estratégias de intervenção, e onde o nível comunitário é qualidade intrínseca que pode trabalhar em conjunto com a reabilitação. Os exemplos dados neste capítulo são bastante distintos, contudo pretendem reforçar a ponte entre a estratégia de reabilitação física e social de um espaço, seja: a acupuntura urbana através do completamento de um vazio no casco histórico, como acontece no Arquivo Municipal de Toledo; a reabilitação de um edifício de interesse patrimonial através de uma estratégia sensível aos seus usos actuais consegue reinventá-los, a Casa da Escrita; ou ainda um edifício que retoma as qualidades urbanas e comunitárias da cidade e os leva até ao seu interior na busca de uma maior riqueza de experiências dos seus habitantes, o Orfanato de Amesterdão.

O projecto do Centro de Proximidade para Belém consiste na reabilitação do Palácio dos Marqueses de Angeja, associando-o a um equipamento comunitário. A área de Belém é caracterizada por um conjunto de equipamentos culturais e monumentos que atraem grande número de pessoas, especialmente turistas, juntamente com a sua condição ribeirinha. Por outro lado, a Junqueira revela uma dinâmica quotidiana com as escolas, hospitais, a biblioteca municipal, comércio e habitação que a tornam num eixo urbano importante para pessoas que ali habitam, trabalham e estudam. O Centro de Proximidade configura-se como um estádio intermédio entre os grandes programas monumentais e museológicos e o tecido urbano. Partindo do carácter do simbólico do lugar, este edifício procura estabelecer o diálogo entre construção nova e pré-existente e da criação de um lugar para uma(s) comunidade(s) contemporânea, potencialmente desvinculada a um território mas conectada por ambições e valores comuns. Assim, o equipamento funciona enquanto conexão de valências direccionadas para a formação, a educação, a cultura e necessidades quotidianas da população que se interligam por meio de espaços urbanos que olham o rio e a cidade, ou por pátios internos que se voltam para o interior do edifício e que são contaminados pelos seus diversos usos.

Nº total de palavras: 18066

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADJAYE, David, *Making Public Buildings*, London: Thames & Hudson Ltd, 2006. 224pp. ISBN: 978-0-500-28648-7
- AVERMAETE, Tom. *Another Modern – The post-war architecture and urbanismo f Candilis-Josic-Woods*. Roterdão: NAI Publishers, 2005. 420pp. ISBN: 90-5662-473-3
- CASTELLS, M. (1997) *O poder da identidade : a era da informação : economia, sociedade e cultura*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 550pp. ISBN: 972-31-1008-3
- CHERMAYEFF, Serge; ALEXANDER, Christopher. *Intimité et l avie communautaire – vers un nouvel humanisme architectural*. Paris: Dunod, 1972. 247pp.
- CHOAY, Françoise (1982). *Alegoria do Património*. 2ªEd. Coimbra: Edições 70, 2010. 306pp. ISBN: 978-972-44-1205-4
- CHOAY, Françoise. *As Questões do Património - Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70, 2011. 240pp. ISBN: 978-972-44-1624-3
- DAY, Graham. *Community and Everyday Life The New Sociology*. Oxon: Routledge, 2006. 289pp. ISBN: 0-415-34074-8.
- DURKHEIM, E.(1893). *A divisão do trabalho social*. 2ªEd. Vol II. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 483pp. ISBN: 978-853-36-2436-8
- GONÇALVES, António Manuel [et al]. *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*. Volume V. 3º tomo. Lisboa: Assembleia distrital de Lisboa, 1988. 196pp. ISBN: 972-9107-24-6
- HATHERLY, A. *O Mestre*. Lisboa: Ulisseia, 2011. 176pp. ISBN: 978-972-56-8654-6
- HERTZBERGER, Herman (1991). *Lições de Arquitectura*. 2ªEd. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 272pp. ISBN: 85-336-1034-3
- LIGTELIJN, V. *Aldo Van Eyck Works*. Berlim: Birkhauser Publishers, 1999. 312pp. ISBN: 3-7643-6012-7
- LYNCH, Kevin (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa Edições 70, 2008. 198 pp. ISBN: 978-972-44-1211-9



NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci towards a phenomenology of architecture*. Nova Iorque: Rizzoli, 1979. 213pp. ISBN: 0847802876

PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana. *Guia Técnico da Reabilitação Habitacional*. Vol 1. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório de Engenharia Civil, 2006. 792 pp. ISBN: 972-49-2081-X

PEREIRA, Maria da Luz Valente, *Reabilitar o Urbano ou como restituir a cidade à estima pública*, Lisboa: LNEC, 1987. 21pp.

PEREIRA, Paulo. *Património Edificado. Pedras Angulares*. Lisboa: Aura Ensaios, 2005. 187pp. ISBN: 972-99536-2-7

PORTAS, Nuno, *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*, Coimbra: [sn], 1983. 22p. Programa “Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos”

RAPOPORT, Amos; RAMIÓ, Joaquim. *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. 381pp. ISBN: 84 -252-0718-5

RIBEIRO, Mário de Sampayo. *Do sítio da Junqueira*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939. 41pp.

SARTRE, Jean-Paul. *La Nausée*. Paris: Éditions Gallimard, 1938. 249pp. ISBN: 978-2070368051

RISSELADA, Max; HEUVEL, Dirk van den. *Team 10 – in search of a Utopia of the present*. Roterdão: NAI Publishers. 370pp. ISBN: 90-5662-471-7

ROGERS, Ernesto Nathan. *Esperienza dell'architettura*, 2ª Ed. Milão: Skira, 1997. 347pp. ISBN: 88-8118-147-9

ROSSI, A. (1966). *A Arquitectura da Cidade*. 2ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. 258pp. ISBN: 972-762-126-0

SOARES, Luz Valente, *reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública*, ITC-Informação Técnica de Edifícios, Lisboa, 1987;

SOLÀ-MORALES i RUBIO, Ignasi de. *Territórios*, Barcelona: Gustavo Gili, 2002. 207pp. Isbn: 84-252-1864-0

PORTAS, Nuno, “Notas sobre a cidade existente” in *Sociedade e Território*, n.º 4. Portas, Nuno. Porto: Edições Afrontamento, 1986. ISSN: 0873-6308

WEBER, M. (1953). *Economy and Society an outline of interpretativa sociology*. Berkeley: University of California, 1978. 1643pp. ISBN: 0-520-028244-4

### **Teses, dissertações e provas académicas**

MARTINS, João Paulo. Os espaços e as práticas – Arquitectura e as ciências sociais: habitus, estruturação e ritual. Lisboa: FAUTL, 2006. Texto policopiado. Tese de Doutoramento.

PINHO, Ana. *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*. Lisboa: FAUTL, 2009. Texto policopiado. Tese de Doutoramento

### **Publicações Periódicas**

NORA, P. *Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire in Representations*, nº24. Califórnia: University of Califórnia Press, 1989. ISSN: 0734-6018

*Património estudos. Património arquitectónico e registo, interpretação e critérios de intervenção*. Ano V. Nº9. Lisboa: Publicação do IPPAR, 2006. ISSN: 1645-2453

*J-A. À la recherche du temps perdu*. Nº 213. Novembro/Dezembro 2003. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2003. ISSN: 0870-1504

*J-A*. Nº 222. Março 2006. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2003. ISSN: 0870-1504

### **Documentos Electrónicos**

HENRIQUES, João, *O que foi quer continuar a ser na Casa da Escrita in DC MAGAZINE*, Diário de Coimbra, 2010-11-25 [Consultado a 23 de Novembro de 2011]. Disponível em [http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10083&Itemid=1](http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=10083&Itemid=1)

<http://www.mendarocorsini.es/> [Consultado a 8 de Março 2011]

POSTALCI, I; ADA, A; EREN, I. *The new urban memory in 42nd ISoCaRP Congress*. 5pp.  
[Consultado a 14 de Outubro de 2011]

Disponível em [http://www.isocarp.net/data/case\\_studies/835.pdf](http://www.isocarp.net/data/case_studies/835.pdf)

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903) *in* Mana, Out 2005, vol.11, no.2, p.577-591. ISSN 0104-9313 [Consultado a 22 de Novembro de 2011]

Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010493132005000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132005000200010&lng=en&nrm=iso)